SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018 2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 2
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO 4
AMBIENTE REGULATÓRIO 5
RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES 10
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS 13
INVESTIMENTOS 24
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO 26
GOVERNANÇA CORPORATIVA 26
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES 27
AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS 27
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO 29
RESPONSABILIDADE SOCIAL 31
BALANÇO SOCIAL 36
CONSIDERAÇÕES FINAIS 37
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS 38
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA 39

BALANÇOS PATRIMONIAIS 40
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS 42
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES 43
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 44
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 45
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 46

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 47
1. CONTEXTO OPERACIONAL 47
2. BASE DE PREPARAÇÃO 48
3. DAS CONCESSÕES 59
4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS 61
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 61
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 62
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA 63
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS 64
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 64
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS 66
11. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS 67
12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO 67
13. ATIVOS DE CONTRATO 70
14. INTANGÍVEL 71
15. FORNECEDORES 72
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES 72
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES 74
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS 77
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO 77
20. PROVISÕES 82
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS 88
22. RECEITA 91
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 93
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS 96
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 97
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS 100
27. SEGUROS 108
28. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS 109
29. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E REVISÃO TARIFÁRIA DA COMPANHIA 109
30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA 109

PARECER DO CONSELHO FISCAL 117
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES 118
DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 119
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 120

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores acionistas,

A Cemig Distribuição ("Companhia" ou "Cemig D") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos auditores independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2018 foi muito positivo para a Cemig D, com realizações que permitiram à Companhia atingir um novo patamar de sustentabilidade financeira e operacional, após um período de desafios nos últimos anos em função de um cenário macroeconômico e de hidrologia adversos e de uma maior alavancagem financeira, especialmente em razão da perda de algumas concessões de geração.

Os resultados obtidos em 2018 nos trazem a certeza do direcionamento estratégico correto adotado na condução dos negócios da Cemig pela Administração, e operação eficiente pelo seu qualificado grupo de colaboradores.

O exercício de 2018 marcou um grande avanço nas práticas de Governança Corporativa da Companhia, a começar pela aprovação da reforma do Estatuto, trazendo inúmeras mudanças com o objetivo de preparar a Cemig D para os novos tempos, além de ajustar-se ao estabelecido na Lei 13.303/2016, que trouxe uma série de exigências com vistas à melhoria permanente da gestão das empresas estatais, nos diversos âmbitos da Federação.

Conquanto se espera que os aprimoramentos sejam contínuos, e, portanto, persistem os desafios para as futuras gestões, os avanços já implementados sedimentam um novo patamar de governança da Cemig D, a exemplo da aprovação e implementação das diversas Políticas previstas no Estatuto, de transações com partes relacionadas, gestão de pessoas, divulgação de informações e gestão de participações.

Da mesma forma, nos conteúdos de finanças, recursos humanos e integridade foi remodelado o Comitê de Auditoria, responsável também pelas questões de elegibilidade, e instituído o Comitê de Estratégia e Finanças, ambos no âmbito do Conselho de Administração, marcando as bases para que a Cemig D siga em sua trilha de crescimento, eficiência e sustentabilidade.

Digno de realce, entre as realizações de 2018, a revisão tarifária da Cemig Distribuição, onde nossos investimentos realizados no ciclo tarifário de 2013 a 2018, próximos a R$5 bilhões, passaram a ser remunerados na tarifa. Esse incremento na receita aliado a redução dos custos operacionais permitiram a Cemig D voltar a ter lucro em 2018 após dois anos de prejuízos.

Em 2018 a Cemig D apresentou um lucro de R$535 milhões em comparação aos prejuízos verificados em 2017 e 2016 de R$117 milhões e R$324 milhões respectivamente. Da mesma forma, o Lajida em 2018 foi de R$1.534 milhões na comparação ao Lajida de R$831 milhões de 2017, um aumento expressivo de 84,60%. Ressalta-se que a revisão tarifária teve os seus efeitos a partir de junho de 2018, ou seja, somente em 2019 os efeitos da revisão serão integralmente incorporados ao resultado.

No que se refere a gestão da dívida, continuamos focados no alongamento do seu prazo médio de vencimento e também na redução dos custos financeiros de captação.

Corroborando os avanços que mencionamos, as principais agências internacionais de classificação de risco promoveram sucessivas reavaliações positivas do risco de crédito da Cemig D durante o ano de 2018, refletindo expressiva evolução dos ratings e reconhecendo o êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da nossa qualidade de crédito.

Muito importante ressaltar ainda que essa melhoria nos resultados financeiros também foi acompanhada pela nossa preocupação com a qualidade dos serviços que prestamos aos nossos clientes. Nossos indicadores de qualidade, medidos pela duração e tempo médio de atendimento das interrupções (DEC e FEC) continuam em trajetória de melhoria e de atendimento aos padrões regulatórios.

Não nos descuidamos também dos nossos colaboradores, comemoramos em 2018 um ano sem acidentes fatais com a força de trabalho da Cemig D, incluindo empregados próprios e aqueles contratados por terceiros.

Temos a sustentabilidade e a responsabilidade social como parte de nossa cultura. A Cemig, nossa controladora, foi mais uma vez incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual estamos presentes desde 1999. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e temos posição de destaque em vários outros ratings de sustentabilidade nacionais e internacionais que representam o reconhecimento de nossas ações nesse sentido.

Estamos otimistas quando olhamos para o futuro, na busca de solidificarmos ainda mais a sustentabilidade da Cemig D, garantindo o retorno adequado aos acionistas, a confiança dos investidores e a satisfação dos legítimos interesses dos demais atores envolvidos em nosso negócio.

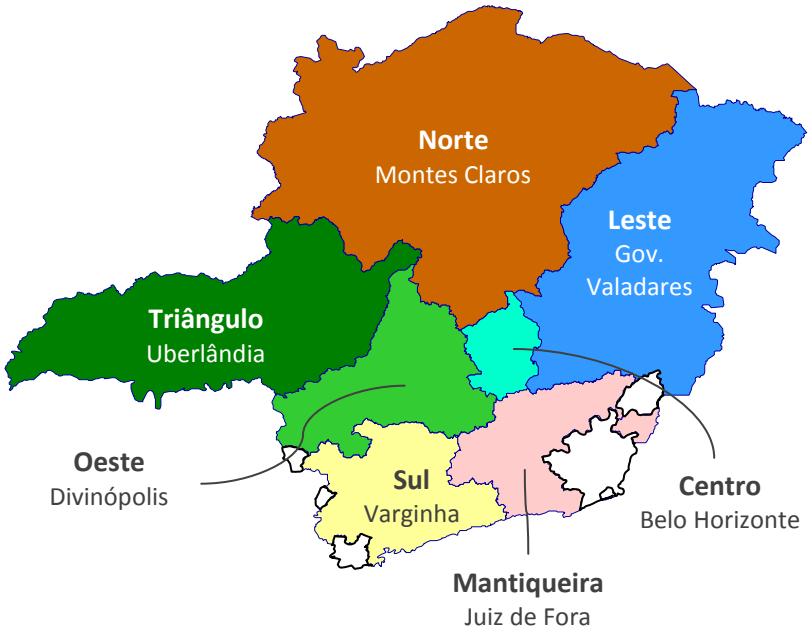
Agradecemos o comprometimento e talento dos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas no esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig D como empresa de referência no País.

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

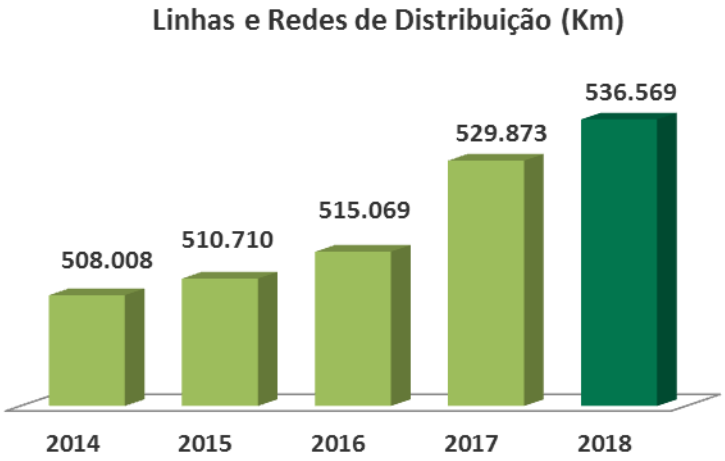
A Cemig D é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 536.569 km de redes de distribuição sendo 108.576 km em área urbana, 410.486 km de redes rurais e 17.507 km de linhas de distribuição, com 8.409 milhões de consumidores faturados em 2018.

A Cemig D possui um dos maiores índices de atendimento a consumidores beneficiados com a tarifa social do Brasil, atendendo uma média de 634.594 mil de consumidores naquele perfil, o que representa 9,19% do total de consumidores da classe residencial.

Área de Atuação



No gráfico abaixo, podemos observar o crescimento das linhas e redes de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.



Nossa missão, visão e valores

Missão

Prover soluções integradas de energia limpa e acessível à sociedade, de maneira inovadora, sustentável e competitiva.

Visão *(da controladora e compartilhada com a Cemig D nos negócios aplicáveis)*:

Estar entre os três melhores grupos integrados de energia elétrica do Brasil em governança, saúde financeira, desempenho de ativos e satisfação de clientes.

Valores

Respeito à vida, integridade, geração de valor, sustentabilidade e responsabilidade social, comprometimento e inovação.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Reajuste tarifário anual

Ocorre anualmente no mês de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, ocorre a revisão tarifária, no mesmo mês. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de price-cap.

A Aneel homologou a revisão tarifária da Companhia em 2018, com um índice médio de reajuste de 23,19% constituído de dois componentes: (i) Reposicionamento

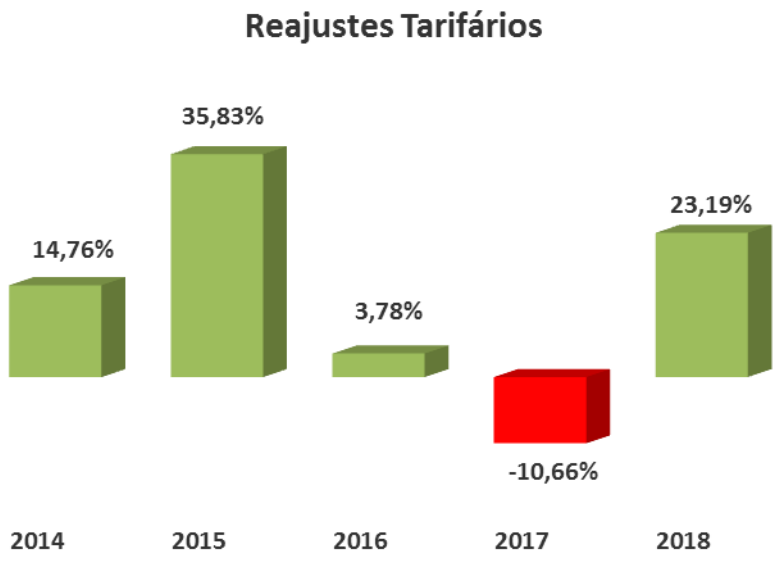
Tarifário Econômico de 13,30%, decorrente do aumento de 9,00% dos custos não gerenciáveis (Parcela A) e aumento de 4,30% dos custos gerenciáveis (Parcela B); (ii) Financeiros de 3,65% e (iii) a retirada de componentes financeiros considerados no reajuste tarifário anterior que representaram um aumento de 6,24%.

O aumento para o consumidor residencial foi de 18,53%. Para os consumidores industriais e o setor de serviços, atendidos em média e alta tensão de energia, o aumento médio a ser percebido foi de 35,56%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão o reajuste médio foi de 18,63%.

Do valor cobrado na fatura, 20,9% ficam na Companhia e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da Concessionária, sendo essa parcela chamada de Parcela B. Os demais 79,1% são repassados para cobrir a compra da energia (28,5%), encargos setoriais (12,9%), custo de transmissão (6,5%), chamado de Parcela A, além dos tributos representados pelo ICMS (25,1%) e PASEP/COFINS (5,8%). Conforme determina a Constituição Federal, a Cemig D é obrigada a realizar a cobrança de tributos diretamente na conta do consumidor e repassá-los às autoridades competentes.

Também é cobrada a contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP), cujos valores são definidos pelas prefeituras. A Cemig D apenas arrecada a taxa de iluminação pública e repassa para o município, que é o responsável pelos serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública.

Nos 774 municípios de Minas Gerais, onde há distribuição de energia feita pela Cemig D, mais de 691 mil consumidores são rurais e cerca de 550 mil são classificados como de baixa renda. Esses clientes são beneficiados por um subsídio que os permitem pagar um valor inferior ao custo da energia consumida. No caso dos consumidores de baixa renda com consumo até 30 kWh/mês, o benefício resulta em um desconto de 65%. Para o consumo entre 31 kWh e 100 kWh, 40%, e para a faixa de 101 kWh a 220 kWh o desconto é de 10%.



Gestão do faturamento

O projeto de envio de contas de energia por e-mail alcançou a marca de 220 mil clientes em 2018, o que representa um aumento de 62,96% em relação ao ano de 2017 (135 mil clientes). Essa importante iniciativa de sustentabilidade também tem efeito direto na satisfação dos clientes proporcionando um sentimento de contribuição para a preservação do meio ambiente.

Foi implantado o projeto *On Site Printing* que permite a entrega de contas de energia de unidades consumidoras localizadas em áreas rurais (com cadastro de endereço alternativo) no faturamento imediato e a impressão das contas de energia em campo, com economia mensal de recursos da ordem de R$400 mil.

Temos hoje 8,96% dos clientes de média tensão telemedidos o equivalente a 1.014 instalações.

Gestão da adimplência e arrecadação

Para combater o nível histórico de inadimplência, em 2018, a Cemig D redobrou o cerco aos consumidores que têm conta em atraso, já tendo sido demonstrados alguns resultados desses esforços. Desde dezembro de 2016 a empresa não apresenta incremento considerável nos percentuais apurados de inadimplência, demonstrando um estancamento e controle dos índices. Na classe residencial, que representa maior parcela do mercado cativo, já foi observado em 2018 um nível de inadimplência 7,6% menor do que o observado em 2017 e 11,6% abaixo do registrado em 2016. Tendo isto em vista, espera-se um comportamento de queda mais consistente no volume total de inadimplência em 2019.

Com relação às perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, em 2018 foram realizadas mudanças na metodologia de apuração para atendimento às novas regras

contábeis, sendo registrado um volume líquido de R$265 milhões como perdas estimadas no resultado do exercício.

A Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência. Entre as medidas adotadas pela Companhia estão os contatos telefônicos, o envio de e-mail, SMS e carta de cobrança, a negativação dos clientes inadimplentes, a cobrança judicial e principalmente o corte no fornecimento de energia.

Com relação à interrupção de fornecimento (corte) é importante salientar que a empresa promoveu um plano robusto ao longo de 2018, realizando mais de 1.340.000 interrupções nas diversas classes de consumo. Este foi o maior volume de cortes realizados pela Companhia em um único ano.

Ressalta-se que além destas diversas ferramentas de cobrança, a Companhia ofereceu aos seus clientes a oportunidade de regularização dos débitos, lançando uma campanha na qual ofereceu condições especiais de negociação e renegociação aos clientes de baixa tensão, hospitais e poder público.

Desta forma, com a intensificação da aplicação das ferramentas de cobrança de débitos e o efetivo corte de fornecimento dos devedores, a empresa está ainda mais confiante na redução dos índices de inadimplência para os próximos anos.

Gestão de Perdas

O índice de perdas totais da distribuição – IPTD em 2018 foi de 12,48% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição, sendo 8,77% referente às perdas técnicas e 3,71% relativos às perdas não técnicas. Esse resultado do IPTD está acima da meta estabelecida pela Aneel para a Cemig D para o 5º ciclo tarifário (2018 a 2022), que em 2018 é de 11,75% e no final de 2022 será de 11,23%. Apesar disso, houve redução expressiva no IPTD de 2018 de 1,76% em relação ao resultado de 2017 (14,24%).

Destaca-se a melhoria obtida pela Companhia no reconhecimento de perda técnica regulatória, o qual subiu de 7,84% no 3º ciclo tarifário (2008 a 2012) para 8,77% no 4º ciclo tarifário, em função do trabalho realizado por grupo instituído na Companhia desde 2014, o qual conduziu diversos estudos para implementação da nova metodologia de cálculo de perdas técnicas bem como discussões técnicas com a Aneel no âmbito da última revisão tarifária da Cemig D.

Além disso, a redução nas perdas técnicas tem sido proporcionada a partir da implantação de diversas obras de reforço do sistema elétrico em alta, média e baixa tensão, sendo que para o ciclo 2018 a 2022, estão previstos investimentos da ordem de R$4,5 bilhões no sistema elétrico.

Com relação às perdas não técnicas, correspondentes à energia consumida e não faturada devido a fraudes, ligações clandestinas, deficiência em medição, erros de

cadastro dentre outros, estas são normalmente expressas em relação ao mercado faturado de baixa tensão (base adotada pela Aneel), sendo que o resultado em 2018 foi de 10,53% (redução de 2,58% em relação ao resultado de 2017 - 13,11%), para uma meta regulatória de 7,31%. A intensificação das ações de combate a partir de 2017 tem proporcionado a estabilização e início de queda dos níveis de perdas não técnicas da Cemig D, após um período complexo marcado por elevação do indicador, em função do cenário de recessão econômica vivenciado no país.

Em 2018 a Cemig D promoveu diversas ações com foco na redução de perdas não técnicas, com destaque especial para o aumento expressivo do número de inspeções em unidades consumidoras com suspeita de fraude. Foram realizadas 185 mil inspeções em todo o estado, um aumento de 86,86% em relação a 2017 (99 mil inspeções), proporcionando incremento de receita de R$54,9 milhões, além de recuperação de R$8 milhões.

Adicionalmente, foram realizados diversas ações para mitigação das perdas não técnicas: mutirões de inspeções em pontos estratégicos da capital e interior do estado com cobertura da mídia (televisão, rádio, jornal etc), operações “anti-gato” que resultaram na retirada de 500 ligações clandestinas de energia, elaboração de 150 subsídios visando à criminalização de fraudadores contumazes, monitoramento remoto de grandes clientes em alta, média e baixa tensão (total de 12 mil clientes de média tensão telemedidos) que representa blindagem de 43,5% do faturamento da distribuidora, modernização do parque de medição com a substituição de 48 mil medidores obsoletos e substituição de sistema de comunicação de 75 clientes livres atendidos em de alta tensão, esta última ação permitirá maior confiabilidade e agilidade no faturamento destes clientes livres.

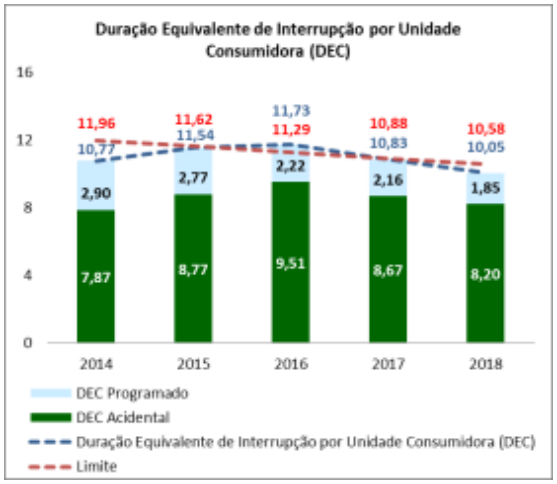
Além disso, com o objetivo de atingir o enquadramento da Cemig D nas perdas regulatórias para os próximos anos, a Companhia possui um amplo plano de combate para o período de 2019 a 2022, sendo que para 2019 estão previstas as seguintes ações:

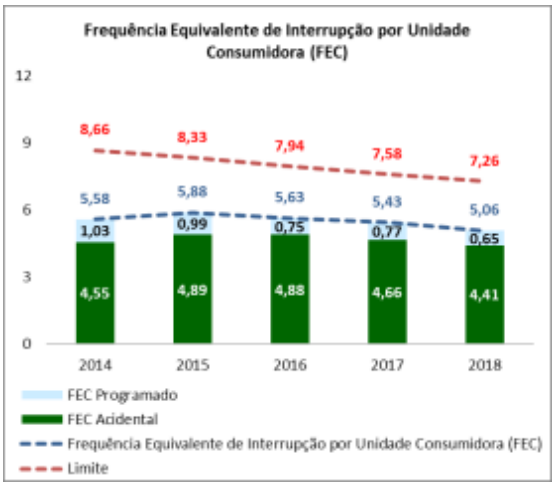
- execução de 300 mil inspeções em unidades consumidoras;
- implantação de telemetria em 25 mil grandes clientes de baixa tensão;
- substituição de 80 mil medidores obsoletos;
- fiscalização de 100 mil pontos de iluminação pública;
- regularização do fornecimento de energia de 20 mil famílias que vivem em ocupações e áreas de baixa renda.

RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

Qualidade no fornecimento

Os gráficos abaixo mostram a evolução dos indicadores de continuidade DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora). Observa-se uma melhoria contínua dos valores destes indicadores nos últimos anos, atendendo aos padrões estabelecidos pela ANEEL, demonstrando que os investimentos efetuados nas ações e iniciativas para melhorar a qualidade no fornecimento de energia elétrica estão no caminho certo.





Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig D disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e virtual, atendendo aos diversos segmentos de mercado.

A Cemig D está presente em todos os 774 municípios da sua área de concessão. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, através das 142 agências e 635 postos de atendimento. Em 2018 foram registrados 9,7 milhões de contatos através deste canal.

O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo atendimento via Redes Sociais (Facebook e Twiter). O número de contatos registrados em 2018 foi de 12,2 milhões.

O Cemig Torpedo possibilita ao consumidor solicitar o serviço de falta de energia, consulta a débito e envio de leitura através de mensagens de texto – SMS. Em 2018 foram recebidas 2,2 milhões de mensagens.

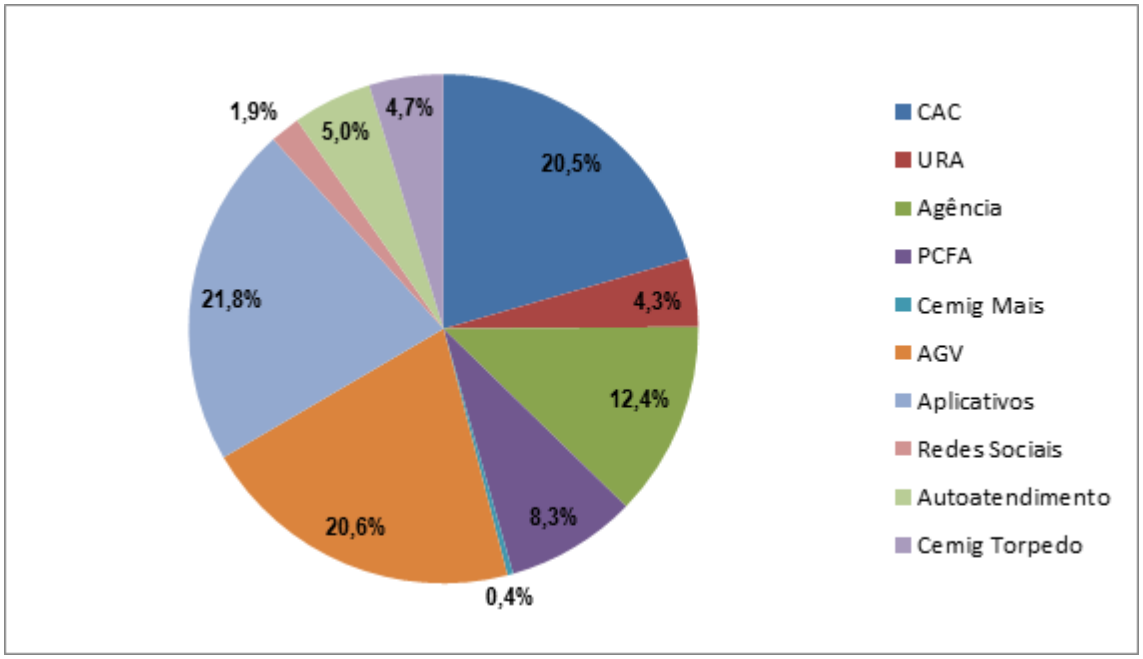
Para os canais virtuais, destacamos o aplicativo "Cemig Atende" disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android, IOS e Windows Phone, que registrou 10 milhões de contatos. Por meio das máquinas de autoatendimento (totens) foram realizados 2,3 milhões de contatos.

No site da Cemig e também através do aplicativo de serviços via Facebook e Telegram o cliente pode solicitar os serviços mais requisitados como segunda via de conta, consulta de débitos, alterar data de vencimento, cadastrar o envio da fatura por e-mail, dentre outros.

O site conta ainda com atendimento segmentado, onde foram disponibilizadas áreas exclusivas para atendimento a clientes de Geração Distribuída, grandes clientes atendidos em média tensão, projetistas, dentre outros. A agência virtual da Cemig registrou em 2018 mais de 9,4 milhões de contatos.

Dessa forma, a Cemig teve cerca de 45,8 milhões de atendimentos em 2018, através dos seus diversos canais, o que representa 22,4% de aumento em relação ao realizado em 2017, que foi de 37,4 milhões de atendimentos.

Segue abaixo o gráfico com o demonstrativo da participação dos canais no realizado de 2018:



Desta forma, a Cemig se empenha cada vez mais em melhorar o relacionamento com os clientes, investindo em canais de fácil acesso, com qualidade e rapidez, visando a satisfação dos consumidores, conformidade regulatória e sustentabilidade empresarial.

Satisfação do consumidor

Índice Aneel de Satisfação do Cliente – IASC

Em 2018 foi divulgado o resultado do Prêmio IASC na categoria Região Sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras referente ao ano de 2017, sendo a Cemig uma das finalistas. Com a nota de 65,75, a Companhia avançou 2,67% na satisfação do cliente, posicionando-se acima da média Brasil Concessionárias (63,16) e da média da categoria região sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras (63,14).

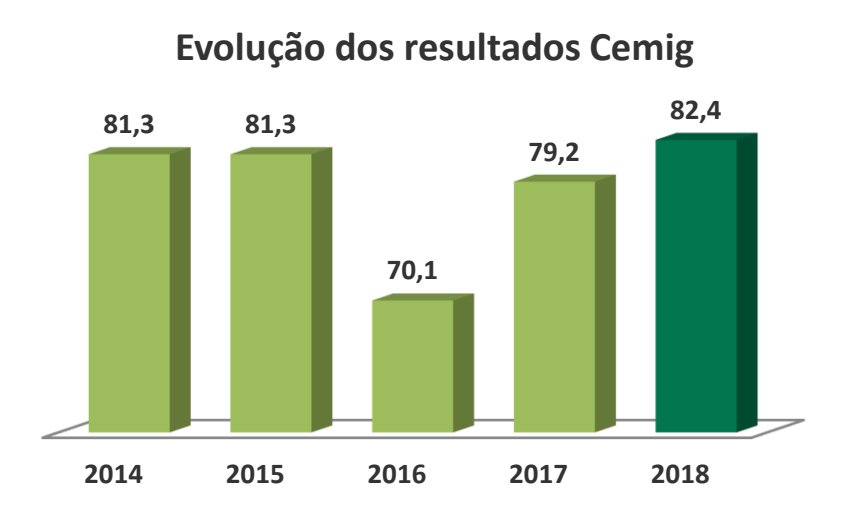
Com este resultado, a Cemig ocupou o terceiro lugar entre as 10 maiores distribuidoras de energia da região sudeste e subiu 11 posições no ranking IASC Brasil, que reuniu as 68 distribuidoras participantes da pesquisa Aneel 2017.

O período de campo da pesquisa IASC/2018 aconteceu de 23 de setembro até 06 de dezembro, mas o resultado só será conhecido no primeiro semestre de 2019.

Índice de Satisfação pela Qualidade Percebida – ISQP

O ano de 2018 marcou a 20ª edição da Pesquisa ABRADEE, que avalia a satisfação do cliente residencial. Nas últimas duas décadas, o Índice de Satisfação pela Qualidade Percebida - ISQP da CEMIG cresceu 15%. Com o resultado de 82,4, nesse índice, a Cemig está entre as 10 melhores distribuidoras de energia do Brasil, acima de 500 mil consumidores. É o melhor resultado alcançado pela CEMIG, nos últimos 10 anos da pesquisa.

O gráfico a seguir mostra o histórico de Satisfação pela Qualidade Percebida – ISQP, nos últimos 5 anos.



DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

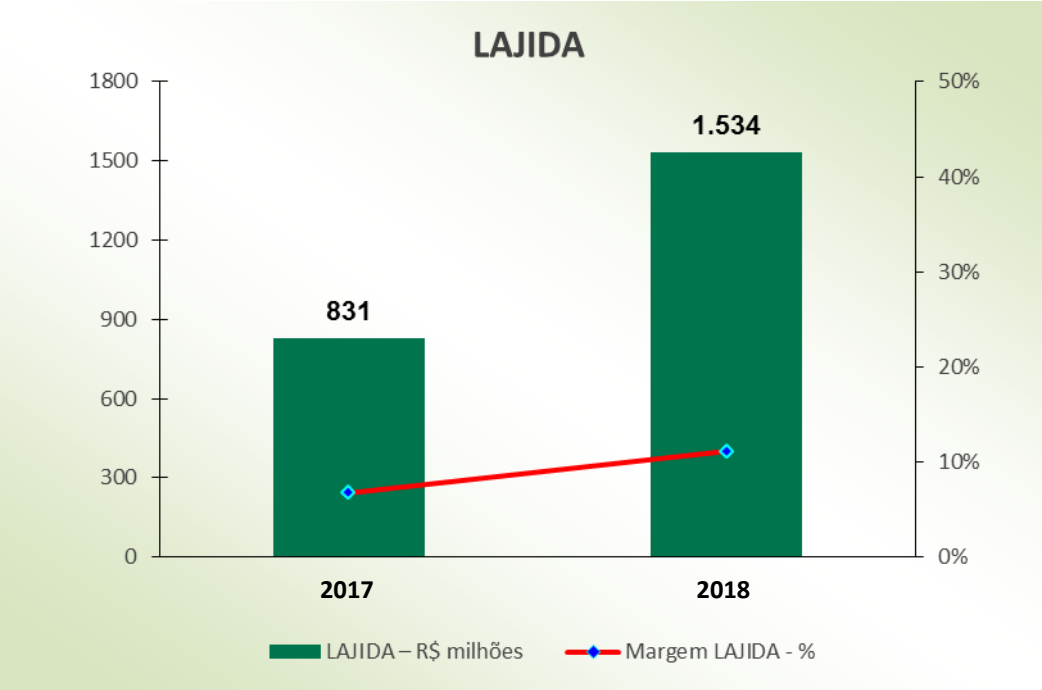
(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

Resultado do exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2018, lucro de R$535 milhões em comparação ao prejuízo de R$117 milhões no exercício de 2017. As principais variações na comparação dos resultados de 2018 e 2017 estão apresentadas a seguir, ressaltando-se o expressivo aumento no Lajida da Companhia:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA - milhões	2018	2017	Var %
Resultado do exercício	535	(117)	-
+ Despesa (benefício) de IR e contribuição social	217	(31)	-
+ Resultado financeiro líquido	187	418	(55,26)
+ Amortização	595	561	6,06
= LAJIDA	**1.534**	**831**	**84,60**



LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O crescimento do LAJIDA em 2018 em comparação a 2017 deve-se, principalmente, ao crescimento de 11,73% da receita operacional, compensado parcialmente pelo

aumento de 6,46% dos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização.

Em linha com o crescimento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 6,75% em 2017 para 11,15% em 2018.

Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2018	2017
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos	17.885	16.443
Receita de uso da rede – consumidores livres	2.067	1.643
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros	1.973	988
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	757	1.045
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	-	9
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(44)	-
Outras receitas operacionais	1.345	1.362
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(10.226)	(9.177)
	13.757	**12.313**

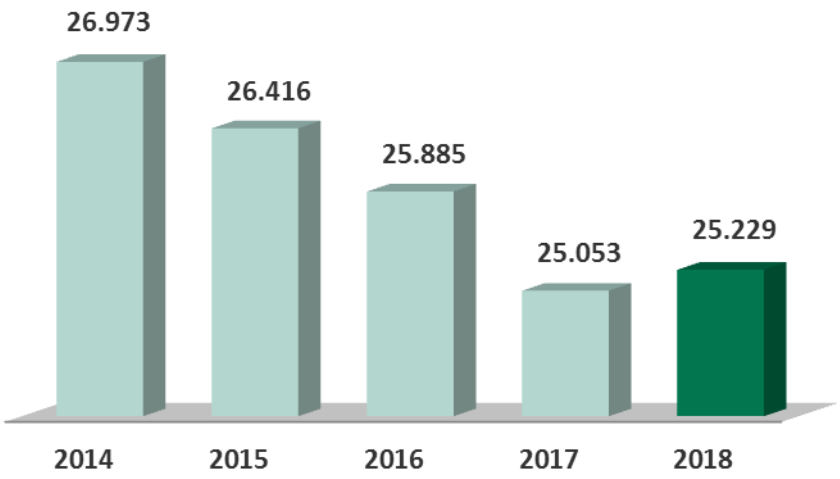
Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede – consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$17.885 milhões em 2018, em comparação a R$16.443 milhões, no mesmo período de 2017, representando aumento de 8,77%. Os principais impactos na receita em 2018 decorrem dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017 (efeito integral em 2018);
- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 23,19% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2018;
- aumento das receitas com bandeiras tarifárias, sendo R$654 milhões em 2018, em comparação a R$454 milhões em 2017. Essa variação decorre, principalmente, da baixa do nível dos reservatórios, com acionamento das bandeiras amarela e vermelha, o que levou a maior cobrança, em 2018, de encargos adicionais relacionados às bandeiras;
- aumento de 0,70% no volume de energia vendida para consumidores finais.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh		
	2018	2017	Var %
Residencial	10.266.434	10.008.423	2,58
Industrial	2.588.370	2.610.534	(0,85)
Comércio, serviços e outros	5.190.325	5.252.799	(1,19)
Rural	3.614.059	3.647.812	(0,93)
Poder público	871.325	865.803	0,64
Iluminação pública	1.383.878	1.366.938	1,24
Serviço público	1.315.479	1.301.135	1,10
Total	**25.229.870**	**25.053.444**	**0,70**

Destaca-se o crescimento de 2,58% na quantidade de energia vendida para o setor residencial principalmente em função da incorporação de novas unidades consumidoras.

Em contrapartida verificou-se, ainda, a redução de 1,19% na quantidade de energia vendida para o segmento comercial principalmente, em função da migração de consumidores cativos para o ambiente livre.

Verificou-se, ainda, a redução de 0,85% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial, principalmente em função da migração de consumidores cativos para o ambiente livre e a não retomada do crescimento da atividade o setor industrial aos níveis esperados para o ano.

Receita de uso da rede – consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2018, essa receita correspondeu ao montante de R$2.067 milhões, comparada a R$1.643 milhões em 2017, o que representou crescimento de 25,81%.

Os principais impactos na receita de uso da rede em 2018, comparado a 2017, decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de aproximadamente 36% ocorrido no reajuste tarifário anual de 2018, aplicável a partir de 28 de maio de 2018, parcialmente compensado pela redução de aproximadamente 40% da TUSD consumidores livres, ocorrida no reajuste tarifário anual de 2017, aplicável a partir de 28 de maio de 2017 (efeito integral em 2018);
- crescimento de aproximadamente 8,18% na demanda contratada; e
- aumento de aproximadamente 14,29% no número de instalações de CUSD faturadas.

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou um aumento da receita de R$1.973 milhões em 2018, em comparação a um aumento da receita de R$988 milhões em 2017. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia em 2018, em relação à cobertura tarifária o que gerou um ativo financeiro a ser ressarcido à Companhia através do próximo reajuste tarifário.

Ver mais informações na nota explicativa nº 12 das demonstrações financeiras.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R$757 milhões em 2018, comparados a R$1.045 milhões em 2017, redução de 27,56%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no exercício em ativos da concessão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R$10.226 milhões em 2018 comparados a R$9.177 milhões em 2017 representando redução de 11,43% decorrente dos fatores destacados a seguir:

<u>Conta de desenvolvimento energético (CDE)</u>

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R$2.450 milhões em 2018 comparados a R$1.750 milhões em 2017. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença

entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas. A bandeira vermelha é classificada em patamares 1 e 2, sendo o patamar 2 acionado quando da maior criticidade do nível dos reservatórios. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente.

Houve crescimento dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R$654 milhões em 2018 em comparação a R$454 milhões em 2017, uma variação de 44,05%.

Este resultado decorre, principalmente, do maior acionamento da bandeira vermelha, patamar 2, em 2018, na comparação com o ano anterior, em função da redução do nível dos reservatórios e menor expectativa de chuvas.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R$12.818 milhões em 2018, comparados a R$12.043 milhões em 2017, representando um crescimento de 6,44%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 23 das demonstrações financeiras.

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R$965 milhões em 2018 comparados a R$1.123 milhões em 2017, representando uma redução de 14,07%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguinte fatores:

- despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal no montante de R$17 milhões em 2018 em comparação a R$158 milhões em 2017;
- reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2018);
- reajuste salarial de 4,00% a partir de novembro de 2018 em função de Acordo Coletivo;

- redução de 9,37% no número médio de empregados sendo 4.399 em 2018 em comparação a 4.854 em 2017.

Participação de empregados e administradores no resultado

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R$51 milhões em 2018 comparada a R$3 milhões em 2017. Esta variação decorre do crescimento do resultado da Cemig, Controladora da Cemig D, base de cálculo para o pagamento da participação, tendo em vista que os acordos coletivos da Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e Cemig são unificados.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R$7.238 milhões em 2018 comparados a R$6.783 milhões em 2017, um crescimento de 6,71%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 16,69% nas despesas com compra de energia de curto prazo: o resultado da energia de curto prazo representa o saldo líquido entre as receitas e as despesas das operações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Em 2018 o resultado líquido foi despesa de R$1.496 milhões comparados a despesa líquida de R$1.282 milhões em 2017. A variação decorre, principalmente, da redução de 17,87% na quantidade de energia transacionada na CCEE (1.859.448 MWh em 2018 e 2.264.149 MWh em 2017);
- redução de 5,40% nas despesas com energia adquirida em leilão em ambiente regulado sendo R$3.397 milhões no exercício de 2018, comparados a R$3.591 milhões no exercício de 2017. Em 2017 houve maior acionamento das usinas termelétricas, com o consequente aumento do gastos com combustível dessas usinas, em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema;
- aumento de 40,16% nas despesas com energia adquirida através de contratos por cotas de garantia física que foram de R$698 milhões em 2018 comparado a R$498 milhões em 2017. Esta variação se deve, basicamente, ao ajuste de 52,98% nas tarifas médias de cotas sendo R$92,51/MWh em 2018 e R$60,47/MWh em 2017, parcialmente compensado pela redução de 8,41% na quantidade de energia comprada (7.548.736 MWh em 2018 e 8.241.783 MWh em 2017).

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 23b das demonstrações financeiras.

Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R$1.463 milhões em 2018 comparados a R$1.002 milhões em 2017, representando um crescimento de 46,01%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução pela ANEEL.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R$332 milhões em 2018 comparados a R$469 milhões em 2017.

Destaca-se a redução das provisões para contingências trabalhistas que foram de R$24 milhões em 2018 em comparação a R$175 milhões em 2017. Esta variação decorre, principalmente, em função dos eventos abaixo:

- em 2017 houve crescimento das provisões trabalhistas em relação ao ano anterior em função da reavaliação de perda de diversas ações em função da mudança na fase processual para execução provisória e entendimento jurisprudencial, relativamente às ações onde se discute a base de cálculo da periculosidade e isonomia por terceirização ilítica e responsabilidade subsidiária/solidária;
- em 2018, a nova jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da licitude da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, levou à reavaliação de perda de diversas ações onde se discute este tema, com a consequente redução dos valores anteriormente provisionados.

Mais informações na nota explicativa nº 20 das demonstrações financeiras.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma constituição de despesa no montante de R$224 milhões em 2018 em comparação a uma reversão de despesa no montante de R$180 milhões em 2017.

O resultado positivo em 2017 foi decorrente de modificações no seguro de vida, que implicaram na redução do capital segurado na apólice dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o mínimo de 20%, representando uma redução de R$448 milhões nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao resultado.

Mais detalhes na nota explicativa nº 19 das demonstrações financeiras.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2018 foi uma despesa financeira líquida de R$187 milhões comparada a uma despesa financeira líquida de R$418 milhões em 2017. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de 69,84% nas rendas de aplicações financeiras, sendo R$19 milhões em 2018 comparados a R$63 milhões em 2017. Esta variação decorre, principalmente, da redução de recursos aplicados em 2018 e redução da taxa média CDI, que foi de 6,40% em 2018 e 9,93% em 2017;
- aumento de 36,14% da receita com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R$339 milhões em 2018 comparado a R$249 milhões em 2017. Esta variação decorre, principalmente, dos efeitos da renegociação do débito com clientes, com reconhecimento de juros e atualização monetária;
- aumento de 25% das despesas de variações monetárias de empréstimos e financiamentos, sendo R$90 milhões em 2018 comparados a R$72 milhões em 2017. Esta variação decorre, principalmente, da variação de 27,12% do IPCA (3,75% em 2018 e 2,95% em 2017);
- aumento do resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo receita líquida de R$62 milhões em 2018 comparados a uma despesa líquida de R$41 milhões em 2017 decorrente, basicamente, do maior saldo de ativos líquidos em 2018 na comparação com o ano anterior;
- redução de 26,16% nos encargos de empréstimos e financiamentos, sendo R$381 milhões em 2018 comparados a R$516 milhões em 2017. Este resultado decorre, principalmente da menor variação do CDI, que foi de 6,40% em 2018 em comparação a 9,93% em 2017.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 24 das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

A Cemig Distribuição apurou, em 2018, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R$217 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R$752 milhões. Em 2017, a Companhia apurou créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R$31 milhões em relação ao prejuízo antes dos impostos de R$148 milhões.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9c das demonstrações financeiras.

Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R$451 milhões, em comparação a R$521 milhões em 31 de dezembro de 2017, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real.

Fluxo de caixa consumido (gerado) pelas atividades operacionais

O caixa líquido consumido pelas atividades operacionais em 2018 totalizou R$745 milhões comparado a uma geração de caixa líquido de R$116 milhões em 2017.

Atribui-se o resultado líquido de caixa operacional apurado em 2018, principalmente, ao aumento na saída de caixa para cobrir os custos não gerenciáveis da parcela A, considerando a maior despesa com energia elétrica verificada em 2018 em função principalmente da baixa dos níveis dos reservatórios com consequente queda no armazenamento do sistema e acionamento de termelétricas resultando na elevação do preço da energia.

Ressalta-se que essa saída de caixa referente à CVA é ressarcida no reajuste tarifário subsequente.

Fluxo de caixa nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2018 e 2017 totalizou, respectivamente, R$896 milhões e R$944 milhões. A redução nos valores consumidos nas atividades de investimento em 2018, em comparação ao exercício anterior, decorre, principalmente, da aplicação de recursos em títulos e valores mobiliários em 2018 na comparação com resgate de recursos em 2017.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2018 totalizou R$1.571 milhões, decorrente do recebimento de R$1.100 milhões a título de Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC e R$941 milhões a título de empréstimos captados, parcialmente compensados pela amortização de R$456 milhões de empréstimos e financiamentos.

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2017 totalizou R$924 milhões, decorrente do recebimento de R$1.500 milhões a título de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, parcialmente compensados pela amortização de R$566 milhões de empréstimos e financiamentos.

Política de captação de recursos e gestão da dívida

No ano de 2018, a Cemig, ainda buscando equilibrar seu fluxo de caixa, começou a perceber os reflexos positivos das iniciativas tomadas em 2017 para melhor distribuir a dívida no longo prazo. A empresa se manteve no firme propósito de alongá-la e, dando continuidade ao reperfilamento da dívida implementado no ano anterior, voltou ao mercado em 2018 em condições condizentes com sua melhor qualidade de crédito e de liquidez.

Em um cenário de custos elevados relacionados ao pagamento das compras de energia na CCEE e também com pagamentos da contribuição CDE em função da necessidade de cobertura de déficits nos fundos regulatórios, a Cemig D realizou, em maio de 2018, sua 9ª emissão de notas promissórias, no valor de R$400 milhões e com pagamento ao final de 18 meses, cujos recursos foram destinados para a recomposição do caixa em função de pagamento de dívida realizado em fevereiro e reforço do seu capital de giro.

Em dezembro de 2018, a Cemig D, necessitando recompor seu caixa, que vinha sendo impactado acima do previsto, principalmente, em função dos gastos adicionais na aquisição de energia no segundo semestre/2018, decorrente de cenário hidrológico adverso, de forma a assegurar o pagamento dos compromissos vincendos, concluiu sua 6ª emissão de debêntures, no valor de R$550 milhões e com prazo de 18 meses, sendo 6 meses de carência. Vale destacar que o custo da emissão, menor que o custo do reperfilamento da dívida ocorrido em 2017, foi resultado da percepção de menor risco da empresa por parte da indústria financeira.

Corroborando os avanços descritos acima, vale destacar que, ao longo de 2018, as principais agências internacionais de classificação de risco promoveram sucessivas reavaliações do risco de crédito da Cemig D, refletindo expressiva evolução dos ratings, ao reconhecerem o êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da sua qualidade de crédito, com destaque para melhoria do perfil de liquidez, refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional e aumento de Lajida, combinada com uma estratégia de gestão de passivos mais prudente.

A tabela a seguir evidencia a evolução das notas de crédito da Cemig D, de dezembro de 2017 para dezembro de 2018:

Fitch	Grau de Investimento										Grau Especulativo											
Nacional / Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RD/D		
dez - 17													■			■						
dez- 18							■							■								

Moodys	Grau de Investimento										Grau Especulativo										
Nacional / Global	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1	Caa2	Caa3	Ca	C
dez - 17															■	■					
dez - 18									■					■							

S&P	Grau de Investimento										Grau Especulativo											
Nacional / Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D
dez - 17										■					■							
dez - 18					■										■							

Os detalhes das captações de recursos da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão apresentados na nota explicativa nº 17 das demonstrações financeiras.

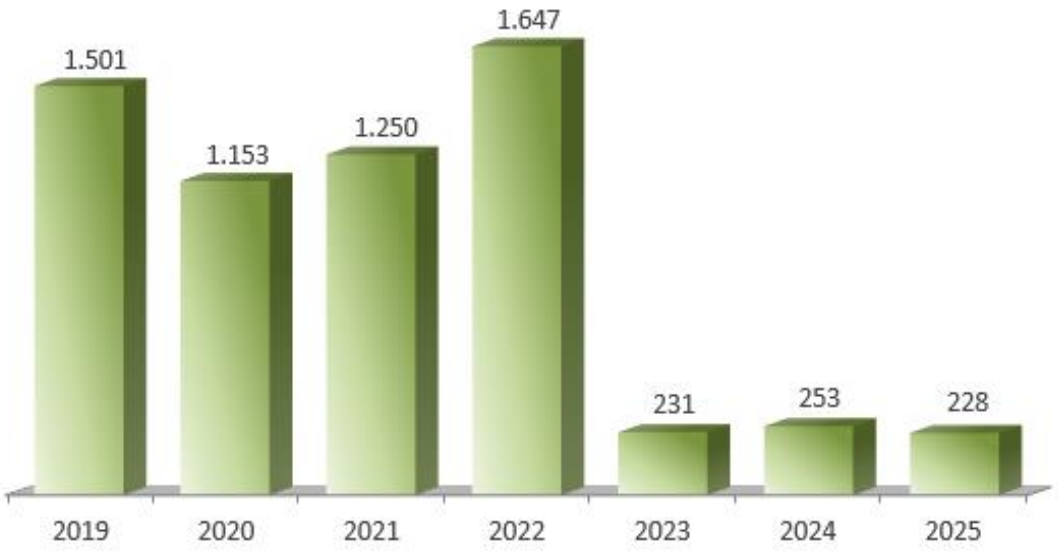
Tantos as debêntures quanto as operações bilaterais de empréstimo contam com covenants financeiros restritivos que limitam a capacidade de endividamento da empresa e da Cemig, como garantidora. A Companhia entende, entretanto, que a manutenção das iniciativas de desinvestimento da holding e consequente desalavancagem, bem como de eficiência operacional, assegurarão o cumprimento desses *covenants* financeiros.

O endividamento da Cemig D, em 31 de dezembro de 2018, no valor de R$6.263 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 3 anos. Mais detalhes na nota explicativa nº 17 das demonstrações financeiras.

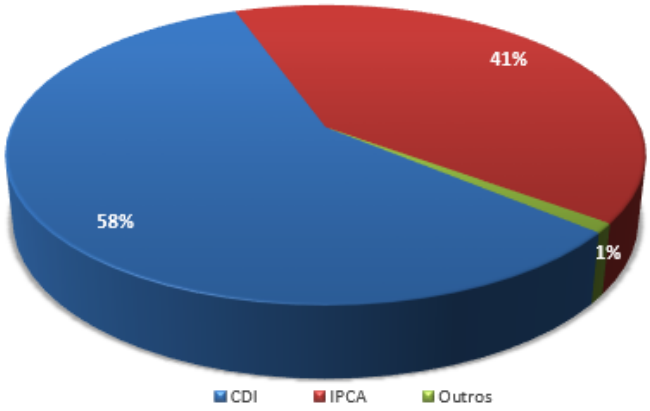
O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:

Cronograma de Amortizações da Dívida

Posicionamento em Dezembro/2018 (R$ milhões)



A composição da dívida da Cemig D é reflexo das fontes de recursos à sua disposição, onde se percebe uma participação expressiva de dívida referenciada ao CDI. O custo médio da dívida da Cemig D é de 5,08% a.a. a preços constantes e de 8,94% a.a. em custo nominal.



INVESTIMENTOS

Os investimentos em distribuição, no ano de 2018, somaram aproximadamente R$768 milhões.

A Cemig D tem previstos investimentos de acordo com o Plano de Desenvolvimento da Distribuidora – PDD, no período de 2018 a 2022, no montante de R$4.498 milhões, valores na moeda de 30 de junho de 2017, objetivando a execução de obras em alta, média e baixa tensão no sistema elétrico para a expansão e reforço, operação e manutenção, reforma, atendimento a clientes troca de medição, meio ambiente, segurança de terceiros e telecomunicações.

Projeto de efetividade do Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD

Em 2018 foi criado o Projeto de Efetividade do Plano de Desenvolvimento da Cemig D. Este projeto tem como objetivo estabelecer critérios e padrões de procedimentos alinhados com a visão regulatória e estratégica, implantar melhorias nos processos e desenvolver ferramentas de suporte à tomada e decisão, de modo a promover os resultados e aumentar a efetividade do plano de desenvolvimento da Cemig Distribuição, tendo como ganho esperado a ordem de R$270 milhões.

Expansão do Sistema Elétrico – Subestações e Linhas de Distribuição (69 kV a 161kV)

Objetivando incrementar a disponibilidade de energia elétrica de forma contínua, com qualidade, segurança e em quantidade requerida pelos consumidores, promovendo desenvolvimento social, industrial e comercial, em 2018, foram investidos R$123 milhões no sistema elétrico de distribuição da Cemig D de alta tensão.

No mesmo período, foram construídas e/ou ampliadas 10 subestações e construídos 26 km de linhas de distribuição.

Expansão do sistema elétrico – redes (média e baixa tensão)

A Cemig D realiza os atendimentos às solicitações dos clientes de média e baixa tensão compreendidos nos 774 municípios de sua área de concessão através dos investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD. Este plano é dividido em macroprojetos, que estão relacionados aos diversos segmentos de obras para atendimento às demandas do PDD.

O macroprojeto de Atendimento Urbano concentra os investimentos necessários para atendimento às demandas de fornecimento de energia a unidades consumidoras na área urbana, cujo atendimento é realizado sem ônus para o solicitante. Em 2018 foram realizados aproximadamente R$114,2 milhões em investimentos, promovendo a extensão de 379 km de novas redes e permitindo a conexão ao sistema elétrico de 218.237 unidades consumidoras urbanas.

O atendimento às unidades consumidoras em área rural que fazem jus ao atendimento sem ônus é realizado através do macroprojeto de Atendimento Rural. Foram efetivadas as conexões de mais de 19.000 unidades consumidoras por meio da extensão de 5.324 km de rede de média e baixa tensão em 2018, perfazendo um total de R$231,7 milhões em investimentos na infraestrutura de redes de distribuição rurais.

A conexão de unidades consumidoras que não se enquadram nos critérios de gratuidade do fornecimento de energia definidos pela regulação do setor elétrico é realizada pelas obras conduzidas no macroprojeto Atendimento Complementar. Foram investidos no sistema elétrico de distribuição de média e baixa tensão R$87,4 milhões pela Cemig e R$159,5 milhões pelos solicitantes, a título de participação financeira nas obras, no ano de 2018. Esses investimentos viabilizaram a conexão de 7.563 clientes e empreendimentos no sistema de distribuição da Cemig D.

Para que o sistema elétrico de distribuição consiga absorver todas as conexões de clientes e empreendimentos atendidos pelos macroprojetos Atendimento Urbano, Rural e Complementar é necessário empreender diversas obras nos ativos de distribuição, tais como: ampliação de capacidade de potência, conversão de redes monofásicas em trifásicas, interligações entre alimentadores, reformas de redes e obras de contingência operativa. A realização do reforço e reforma do sistema elétrico é feito pelos macroprojetos de reforço de redes e reforma de redes, sendo que no ano de 2018 houve intervenções em 495 quilômetros de redes de média e baixa tensão, com um investimento total de R$59,3 milhões.

Com vistas à eliminação de situações de risco de choque elétrico nas redes de distribuição da Cemig D foi definido o macroprojeto Segurança de Terceiros. Esse programa visa realizar os investimentos necessários para a remoção e/ou afastamento de redes para eliminar riscos de acidentes por toque direto, toque indireto ou outras

situações de risco para terceiros nas redes de distribuição. No último ano foram regularizadas 1.295 instalações, com um investimento de R$8,8 milhões.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral Ordinária (AGO) a realizar-se até 30 de abril de 2019 a seguinte proposta de destinação do lucro de 2018, no montante de R$535 milhões, deduzidos do saldo devedor da rubrica de lucros acumulados no valor de R$99 milhões em função de ajuste referente à adoção inicial do pronunciamento contábil CPC 48:

- R$27 milhões para a constituição de reserva legal;
- R$100 milhões para pagamento de juros sobre o capital próprio;
- R$182 milhões para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- R$9 milhões sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2018 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R$118 milhões serão retidos no patrimônio líquido para utilização basicamente no programa de investimentos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 9 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, podendo os conselheiros serem reeleitos ao término do mandato. Em 2018, foram realizadas 31 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimento e aquisições, entre outros.

O Comitê de Auditoria, criado em junho de 2018, é o órgão colegiado de assessoramento ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização sobre a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditoria interna e independente. É composto por 3 membros, com mandato de três anos, sendo permitida uma reeleição. Tem como uma de suas atribuições a execução das atividades previstas para esse Comitê na Lei Sarbanes-Oxley – SOX.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído por 5 membros, eleitos para mandato de dois anos, permitidas duas reconduções consecutivas. Suas atribuições são fixadas na legislação brasileira aplicável, e, quando com estas não conflitarem, nas leis dos países em que as ações da Cemig são listadas e negociadas. Em 2018 foram realizadas 13 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

É adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Atualmente, o auditor independente da Companhia é a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., responsável pela auditoria de nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue:

Serviços	2018	% em relação à auditoria	2017	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Auditoria de demonstrações financeiras	1.220		868	
Serviços Adicionais:				
Auditoria de obrigações acessórias no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)	307	25%	45	5,18
Total	**1.527**		**913**	

Os serviços adicionais foram contratados em conjunto com os serviços de auditoria externa e são restritos a revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Cemig D mantém um Plano Anual de Auditoria Interna que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação dos processos e o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos. A definição de quais processos e empresas serão auditados no ano é feita com base no risco que representam para os negócios e para as demonstrações financeiras da Companhia. Os processos de risco alto são priorizados, sendo auditados com maior frequência em detrimento dos processos de menor risco.

A gestão de riscos corporativos é um processo integrante das práticas de Governança Corporativa da Cemig D, que tem como atividade relevante o mapeamento de eventos que podem interferir no atingimento dos objetivos estratégicos definidos pela Companhia, os chamados Top Risks. A modelagem e a análise das operações sob o ponto de vista do gerenciamento de risco visam otimizar os investimentos no controle das atividades, reduzir os custos e perdas, melhorar a performance e, consequentemente, favorecer o alcance das metas traçadas pela Companhia.

Em 2018, o mapeamento dos Top Risks foi orientado por temas priorizados pelo CMRC e validados pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, abrangendo os negócios Holding, Distribuição, Geração, Transmissão e Comercialização e registrados em sistema de gestão de riscos corporativos (SAP RM). O reporte dos Top Risks para a Diretoria Executiva e para o Conselho de Administração, bem como as recomendações de tratamento do CMRC para cada caso, são feitos conforme fluxo aprovado pelo Comitê.

Política Antifraude

A Companhia possui como política a vedação de doações de qualquer espécie, direta ou indireta, de dinheiro ou estimável em dinheiro, bens, serviços, inclusive por meio de publicidade, que tenham objetivo político com favorecimento a partidos políticos ou seus afiliados, estando estes ou não em ativa militância. Esta Política se aplica à CEMIG e suas subsidiárias integrais e controladas e está alinhada às exigências da Lei Federal 9.504/1997, de 30 de setembro de 1997, “Lei das Eleições” e da Lei Federal 13.488, de 06 de outubro de 2017.

A Companhia dispõe também de Canal de Denúncias Anônimas, Ouvidoria e Comissão de Ética, os quais instrumentalizam o registro e tratamento de eventuais irregularidades ou dilemas éticos afetos às suas operações. Todas as denúncias são avaliadas, e, após a concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciantes.

O Canal de Denúncias da Cemig preserva o anonimato dos denunciantes. Por meio dele, podem ser reportadas situações consideradas de caráter discriminatório.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O setor de energia elétrica na Europa, Estados Unidos e em várias outras partes do mundo está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Todas essas transformações afetam diretamente o setor energético e representam ao mesmo tempo ameaças e oportunidades para uma empresa como a CEMIG. São mudanças que podem ser agrupadas em torno de três tendências, denominadas "3D": 1) **D**igitalização, 2) **D**escarbonização e 3) **D**escentralização que colocam novos tipos de demandas sobre o setor elétrico, vindas da sociedade, de outros setores da economia e do próprio governo, através de suas agências regulatórias.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, em 2018, o Programa Cemig Tech e o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, de modo a:

- capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- definir estratégias para a execução de Projetos de P&D a curto, médio e longo prazo;
- construir editais para captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;
- elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

Programa de Eficiência Energética

Desde a década de 80, a Cemig, por meio do Programa de Eficiência Energética, vem desenvolvendo projetos com o objetivo de orientar a população sobre o correto uso da energia elétrica.

A legislação específica regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em vigor, determina a aplicação por parte da distribuidora de um percentual de 0,4% da receita operacional líquida em projetos de eficiência energética.

A partir de 2015 houve expressivo acréscimo no número de projetos desenvolvidos dentro do programa de eficiência energética da Cemig D, chegando a 76 iniciativas em execução no final do ano de 2018. Compõem este portfólio projetos advindos das

chamadas públicas realizadas anualmente pelo programa e também projetos construídos diretamente pela Cemig.

Em 2018 o programa investiu valores da ordem de R$150 milhões e, em função de alteração da resolução ANEEL, possui o grande desafio de investir igual valor ao longo do ano de 2019.

As ações do programa visam sempre a eficiência energética associada à responsabilidade social, inovação e geração de oportunidades para o negócio Cemig D, com destaque para atuação em hospitais, escolas, comunidades de baixa renda e iluminação pública.

Programa de pesquisa & desenvolvimento

Nos últimos 3 anos a Cemig Distribuição investiu mais de 40,5 milhões de reais em projetos de P&D, em diversos temas. Somente em 2018, foram executados mais de 42 projetos de pesquisa e desenvolvimento com investimentos de mais de 28,6 milhões de reais.

Destacam-se os projetos:

- Arranjos técnicos e comerciais para a inserção de sistemas de armazenamento de energia em combinação com sistemas de geração distribuída nas redes de distribuição brasileiras;
- Análise de arranjo técnico e comercial baseado em uma planta piloto de sistema distribuído de armazenamento de energia em alimentador crítico da rede de distribuição de 13,8 kV;
- Desenvolvimento e aplicação de metodologia de Governança de Dados e construção de arquitetura integrada p/ formação e gestão da base de dados regulatórios de uma concessionária de distribuição de energia;
- Veredas Sol e Lares - desenvolvimento econômico e social no semiárido mineiro a partir da mobilização capacitação e participação das populações para o emprego da geração hibrida fotovoltaica distribuída na revitalização de empreendimentos hídricos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Cemig possui a política de comunicação com a comunidade e o plano de comunicação da empresa que juntos integram o conjunto de estratégias de comunicação adotadas pela Companhia no relacionamento com as comunidades, direcionando o diagnóstico socioambiental, elaborado para cada projeto ou programa.

Em todas as interações da empresa há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Cemig.

Alguns projetos de destaque no ano de 2018 são:

Programa de apadrinhamento: O programa de apadrinhamento consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições, por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente para as instituições, via depósito bancário. Os padrinhos que se inscrevem no Programa podem escolher quais instituições cadastradas beneficiar e o valor a ser debitado na conta de luz. Em 2018, 416 instituições receberam aproximadamente R$64 milhões em doações. Assim, a Cemig, utilizando as faturas de energia, estabelece parceria com a sociedade - clientes que se tornam padrinhos das instituições - para beneficiar a comunidade, consequentemente, melhorando sua imagem como uma empresa comprometida com o desenvolvimento das comunidades locais. As instituições, por outro lado, recebem as doações de maneira segura, utilizando a infraestrutura e a capilaridade da Cemig, sem o custo de emissão, pagamento e recebimento de faturas e/ou boletos.

Programa AI6%: o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha 2018/2019 do AI6% envolveu a participação de 1.255 empregados que, voluntariamente, destinaram R$748 mil, com o intuito de beneficiar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos por 162 instituições.

A Cemig D também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. O valor investido pela empresa foi de R$662 mil. No total, foram destinados R$1,41 milhão para entidades distribuídas em 89 municípios da área de atuação da Companhia.

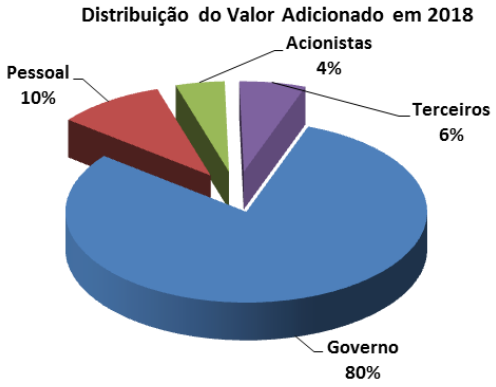
Programa Energia Inteligente: traduz a preocupação da Cemig em atender os clientes com qualidade e orientá-los sobre o uso correto e racional da energia elétrica. O investimento realizado em 2018 foi de R$47 milhões, com uma economia de energia de 1.288.015 MWh/ano e redução de demanda de ponta de 409.818 kW nos setores residencial, rural e comercial e serviços.

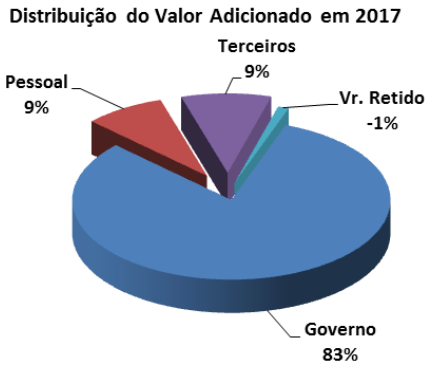
Programa Campos de Luz II: tem como objetivo a instalação de iluminação elétrica em 250 campos de futebol amador e em 50 quadras poliesportivas, visando proporcionar a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social de comunidades carentes com a prática de atividades esportivas, lazer e culturais, principalmente no período noturno.

O investimento programado é da ordem de R$15 milhões, e será utilizado para a elaboração dos projetos de iluminação, a aquisição dos materiais e a execução das obras. Dos 300 campos/quadras a serem iluminados, previstos no projeto, 244 foram concluídos e 22 encontram-se em execução. Foram investidos R$8,2 milhões em 2018.

Valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a sociedade, com R$12.174 milhões de valor adicionado em 2018 em comparação a R$10.198 milhões em 2017.



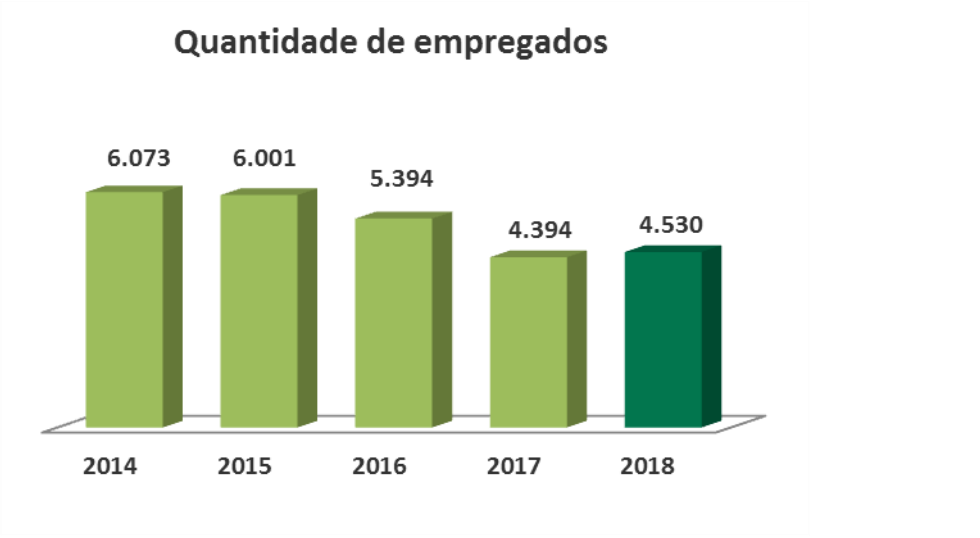


Recursos Humanos

A Cemig Distribuição considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, adota as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

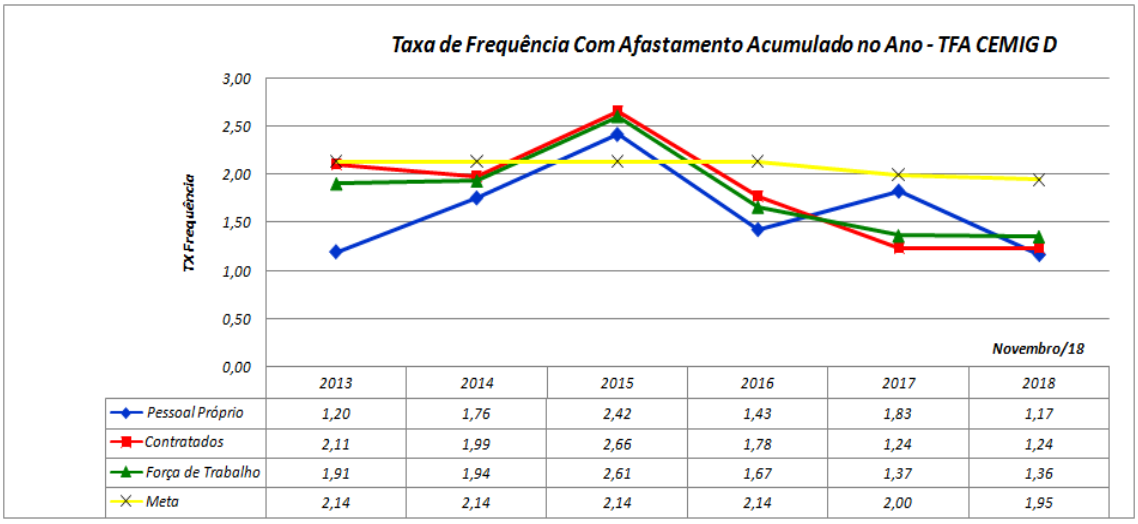
<u>Quadro de empregados</u>

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig D segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Na busca de maior eficiência, a Companhia implementou programas de desligamento voluntário nos últimos anos, o que teve como consequência uma redução no quadro de empregados nos últimos 5 anos, passando de 6.073 empregados em 2014 para 4.530 em 2018, conforme apresentado no gráfico a seguir:



Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

O indicador medido da Taxa de Frequência de Acidentados do Trabalho com Afastamento (TFA) da força de trabalho vem decaindo continuamente nos últimos anos, atingindo os menores índices historicamente já registrados na Cemig D. O encerramento de 2017 foi de 1,37 acidentados com afastamento por milhão de homens-horas trabalhados. Em dezembro de 2018 a apuração registrada foi de 1,48.



	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Pessoal Próprio	1,20	1,76	2,42	1,43	1,83	1,17
Contratados	2,11	1,99	2,66	1,78	1,24	1,24
Força de Trabalho	1,91	1,94	2,61	1,67	1,37	1,36
Meta	2,14	2,14	2,14	2,14	2,00	1,95

Outro resultado relevante e motivador para muita comemoração é que em 2018 não registramos nenhuma fatalidade com a força de trabalho da Cemig D, fato que não ocorria há 23 anos.

UniverCemig

A UniverCemig é responsável por capacitar e desenvolver os empregados da Cemig, através da construção de soluções educacionais, ministração de treinamentos próprios, contratação de treinamentos terceirizados no país e no exterior e gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, a UniverCemig atua no mercado

oferecendo treinamento para outras empresas, principalmente empreiteiras prestadoras de serviço para a Cemig Distribuição.

O ano de 2018 foi marcado na Cemig pela admissão de 316 (240 na Cemig D) novos empregados selecionados via Concursos Públicos 02/2017 e 03/2017 e também pela diretriz que permitiu que os serviços executados em linha viva em média tensão pudessem ser realizados por empreiteiras.

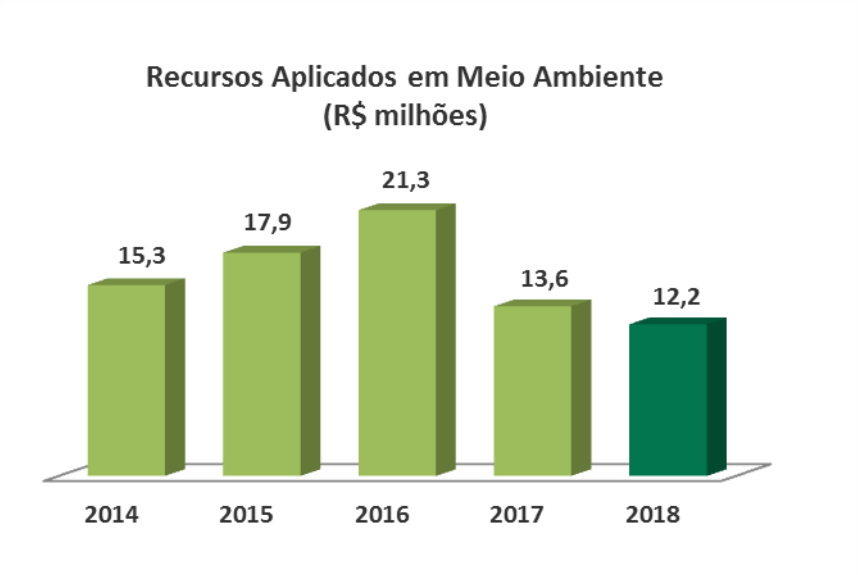
Destaca-se que nesse contexto, a UniverCemig iniciou a capacitação profissional de 121 eletricistas de linhas e redes aéreas, 11 eletricistas de montagem elétrica de linhas, 9 eletricistas de linhas de transmissão, 102 técnicos, 6 engenheiros e capacitou ainda aproximadamente 65 pessoas de empreiteiras que executarão serviços em linha viva.

Essas capacitações contribuíram de forma expressiva para o aumento do número de participações em treinamentos técnicos e consequentemente do indicador homem-hora de treinamentos, tendo sido viabilizados em 2018, 7.233 (5.131 da Cemig D) participações em treinamentos técnicos para empregados próprios e 3.039 participações para empregados de outras empresas. No total, foram 325.564 homem-hora treinados, sendo 230.454 (167.036 da Cemig D) relativos aos empregados próprios e 95.110 relativos a outras empresas.

Para os cursos online, foram investidos R$156 mil para, aproximadamente, 4.509 colaboradores da Cemig D, incluindo os diretores, conselheiros fiscais, de administração, contratados e estagiários.

Meio ambiente

Em 2018, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de R$12,16 milhões. Os recursos foram aplicados em investimentos e despesas relativas ao cumprimento de obrigações e melhorias ambientais.



Licenciamento ambiental

Além de ser uma obrigação legal, o licenciamento ambiental das atividades da Cemig visa a garantir que sua expansão e operação ocorram em observância aos critérios ambientais e de sustentabilidade, em consonância com a Política Ambiental da Companhia.

Para o licenciamento ambiental dos empreendimentos instalados antes de 2007, a Cemig Distribuição fez um agrupamento por região, dividindo o sistema em sete malhas regionais: Centro, Leste, Oeste, Norte, Sul, Mantiqueira e Triângulo. Com a entrada em vigor da DN 217/17, que excluiu o código de subestação dos empreendimentos passíveis de licenciamento e alterou o conceito de linha de transmissão, os empreendimentos da Cemig Distribuição passaram a ser não passíveis de licenciamento, portanto, todos estão regulares em relação à legislação ambiental.

Gestão de resíduos

Em 2018 foram encaminhadas, para destinação final, 64,9 mil toneladas de resíduos industriais: 98,6% desses resíduos foram alienados ou reciclados; 1,2% regenerados, reutilizados ou descontaminados; e 0,2% coprocessados, incinerados, enviados para tratamento (efluentes e lodos) ou dispostos em aterro industrial.

Os resíduos alienados são constituídos, principalmente, por cabos e fios, sucata de transformadores, sucatas metálicas, sucata de medidores, postes, cruzetas, aparas e resíduos de madeira. A receita obtida com a venda desses resíduos alcançou R$ 44,6 milhões em 2018.

Em relação a 2017, verifica-se um crescimento de 63,89% na destinação de resíduos, sendo postes, transformadores de distribuição, cabos e fios os itens que mais contribuíram para esta variação.

BALANÇO SOCIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

1) Base de Cálculo	2018			2017		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			13.756.860			12.312.331
Resultado Operacional (RO)			938.505			269.724
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			965.345			1.123.026
2) Indicadores Sociais Internos	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre FPB**	**% Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre FPB**	**% Sobre RL**
Alimentação	62.099	6,43	0,45	68.449	6,10	0,56
Encargos sociais compulsórios	214.889	22,26	1,56	238.719	21,26	1,94
Previdência privada	52.637	5,45	0,38	56.970	5,07	0,46
Saúde	35.701	3,70	0,26	39.586	3,52	0,32
Segurança e medicina no trabalho	17.232	1,79	0,13	18.759	1,67	0,15
Educação	922	0,10	0,01	13	0,00	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	12.272	1,27	0,09	12.678	1,13	0,10
Creches ou auxílio-creche	2.534	0,26	0,02	2.519	0,22	0,02
Participação nos lucros ou resultados	2.246	0,23	0,02	2.657	0,24	0,02
Outros	10.534	1,09	0,08	11.104	0,99	0,09
Total - Indicadores Sociais Internos	**411.067**	**42,58**	**2,99**	**451.454**	**40,20**	**3,67**
3) Indicadores Sociais Externos	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**
Educação	1.088	0,12	0,01	1.112	0,41	0,01
Cultura	6.051	0,64	0,04	11.353	4,21	0,09
Esporte	2.507	0,27	0,02	2.484	0,92	0,02
Outros Doações/Subvenções/Projetos Sociais/ Esporte	22.740	2,42	0,17	791	0,29	0,01
Total das Contribuições para a Sociedade	**32.386**	**3,45**	**0,24**	**15.740**	**5,83**	0,13
Tributos (excluídos encargos sociais)	9.749.270	1.038.81	70,87	8.538.835	3.165,77	69,35
Total – Indicadores Sociais Externos	**9.781.656**	**1.042,32**	**71,11**	**8.554.575**	**3.171,60**	**69,48**
4) Indicadores Ambientais	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**
Relacionados com a operação da empresa	12.159	1,30	0,09	15.211	5,64	0,12
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	**12.159**	**1,30**	**0,09**	**15.211**	**5,64**	**0,12**
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do exercício			4.530			4.394
Nº de admissões durante o exercício			243			5
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			184			206
Nº de estagiários (as)			129			129
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária			735			735
- 2º Grau			3.532			3.532
- 1º Grau			127			127
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			2.532			2.364
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			588			550
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			8,82%			9,68
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			238			226
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			0%			0%
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			157			60
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2018**			**Metas 2019**		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia	24,96			NÃO HÁ META		
Número total de acidentes de trabalho (empregados próprios)	131			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	( ) direção e gerências	(x) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) Todos (as)	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	( ) Todos (as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	+ CIPA	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) não se envolve	( ) apoia	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	na Companhia ND	no Procon ND	na Justiça ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	na Companhia ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %	na Companhia ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$)	Em 2018: 12.173.977			Em 2017: 10.197.772		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	80,08% governo 4,39% acionistas		9,58% colaboradores 5,94% terceiros 2,07% retidos	83,38% governo 0% acionistas	83,38% governo 0% acionistas	
7) Outras Informações	**2018**			**2017**		
Investimentos em questões ambientais	R$10,4 milhões			R$13,6 milhões		
Resíduos e materiais inservíveis	64 mil toneladas			39,6 mil toneladas		
Receita com as vendas dos resíduos	R$45 milhões			R$10,7 milhões		

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS

Descrições	2018	2017
Atendimento		
Número de consumidores (em milhares)	8.409	8.347
Número de empregados	4.530	4.394
Número de consumidores por empregado	1.856	1.900
Número de localidades atendidas	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774
Mercado		
Área de concessão (Km²)	567.478	567.478
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.506	1.480
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R$/MWh)		
Residencial	843,30	783,53
Comercial	764,83	716,97
Industrial	623,20	574,63
Rural	496,15	446,54
DEC (horas)	10,05	10,83
FEC (número de interrupções)	5,06	5,44
Privação de fornecimento por consumidor – minutos/mês	50,25	54,15
Operacionais		
Número de subestações	405	404
Linhas de distribuição (Km)	17.507	17.301
Redes de distribuição (Km)		
Urbana	108.576	107.099
Rural	410.486	405.473
Financeiros		
Receita operacional líquida - R$ milhões	13.757	12.312
Margem operacional - %	6,83	2,19
LAJIDA ou EBITDA - R$ milhões	1.534	831
Resultado do exercício - R$ milhões	535	(117)
Resultado do exercício por lote de 1000 ações R$	226,70	(49,73)
Patrimônio líquido - R$ milhões	4.642	3.737
Valor patrimonial por lote de mil ações	1.968	1.584
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	11,52	(3,14)
Endividamento do patrimônio líquido - %	307,51	372,20
Liquidez corrente	1,16	1,02
Liquidez geral	0,70	0,60

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Adézio de Almeida Lima
Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Luiz Guilherme Piva
Marco Aurélio Crocco Afonso
Marcelo Gasparino da Silva
José Pais Rangel
Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes
Vago

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	Helvécio Miranda Magalhães Júnior
Marco Antônio de Rezende Teixeira	Flávia Cristina Mendonça Faria Da Pieve
Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino	Wieland Silberschneider
Rodrigo de Mesquita Pereira	Michele da Silva Gonsales
Cláudio Morais Machado	Carlos Roberto de Albuquerque Sá

COMITÊ DE AUDITORIA
NOMES
José Pais Rangel
Pedro Carlos Mello
Gilberto José Cardoso

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Cledorvino Belini	Diretor Presidente
Dimas Costa	Diretor Comercial
Daniel Faria Costa	Diretor de Gestão de Participações
Ronaldo Gomes de Abreu	Diretor de Distribuição e Comercialização
Maurício Fernandes Leonardo Júnior	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Ronaldo Gomes de Abreu	Diretor de Geração e Transmissão, interina e cumulativamente
Ronaldo Gomes de Abreu	Diretor de Gestão Empresarial, interina e cumulativamente

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores
Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028
Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

Endereço eletrônico
Site: www.cemig.com.br
E-mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	451.304	520.887
Títulos e valores mobiliários	6	408.769	302.298
Consumidores e revendedores	7	2.859.862	2.686.274
Concessionários – transporte de energia	7	195.122	124.951
Tributos compensáveis	8	53.841	106.008
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	165.061	174.694
Estoques		26.826	29.164
Contribuição de iluminação pública		149.098	148.827
Reembolso subsídios tarifários	11	82.470	73.345
Subvenção baixa renda		30.232	26.660
Ativos financeiros da concessão	12	646.874	158.525
Outros		210.189	147.915
Total do circulante		**5.279.648**	**4.499.548**
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	56.199	8.293
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9b	1.334.421	1.106.081
Tributos compensáveis	8	181.663	181.556
Depósitos vinculados a litígios	10	1.707.668	1.650.412
Consumidores e revendedores	7	711	172.080
Concessionários - transporte de energia	7	75.161	71.676
Outros créditos		43.814	41.249
Ativos financeiros da concessão	12	829.562	580.247
Ativos de contrato	13	518.162	-
Intangíveis	14	8.890.070	9.336.486
Total do não circulante		**13.637.431**	**13.148.080**
Ativo total		**18.917.079**	**17.647.628**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	506.434	27.716
Debêntures	17	994.181	566.071
Fornecedores	15	1.199.055	1.655.382
Impostos, taxas e contribuições	16	297.725	523.914
Salários e encargos sociais		193.052	134.475
Encargos regulatórios	18	369.284	358.760
Participação dos empregados e administradores no resultado		51.281	3.175
Obrigações pós-emprego	19	181.862	166.525
Contribuição de iluminação pública		281.362	274.726
Passivos financeiros da concessão	12	-	414.800
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	21	267.435	-
Outros		229.299	267.300
Total do circulante		**4.570.970**	**4.392.844**
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	1.087.314	1.166.935
Debêntures	17	3.675.479	3.921.969
Provisões	20	439.889	480.977
Obrigações pós-emprego	19	3.220.182	2.655.628
Impostos, taxas e contribuições	16	24.923	23.146
Encargos regulatórios	18	119.176	160.703
PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores	16	1.123.680	1.087.230
Outros		13.108	20.886
Total do não circulante		**9.703.751**	**9.517.474**
Total do passivo		**14.274.721**	**13.910.318**
Patrimônio líquido	21		
Capital social		2.771.998	2.771.998
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.600.000	1.500.000
Reservas de lucros		545.856	392.497
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.275.496)	(927.185)
Total do patrimônio líquido		**4.642.358**	**3.737.310**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**18.917.079**	**17.647.628**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2018	2017
Receita	22	13.756.860	12.312.331
Custos operacionais	23		
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(7.237.526)	(6.782.988)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(1.463.469)	(1.002.452)
		(8.700.995)	(7.785.440)
Custos			
Pessoal e administradores		(744.158)	(874.194)
Materiais		(37.236)	(28.927)
Serviços de terceiros		(772.772)	(657.451)
Amortização		(528.545)	(506.913)
Provisões operacionais, líquidas		(24.835)	(217.323)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição		(756.964)	(1.044.682)
Outros		(55.517)	(42.699)
		(2.920.027)	(3.372.189)
Custo total		**(11.621.022)**	**(11.157.629)**
Lucro bruto		**2.135.838**	**1.154.702**
Despesa operacional	23		
Despesas com vendas		(270.722)	(228.428)
Despesas gerais e administrativas		(481.158)	(527.423)
Outras despesas operacionais		(445.453)	(129.127)
		(1.197.333)	(884.978)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		**938.505**	**269.724**
Receitas financeiras	24	433.976	397.277
Despesas financeiras	24	(620.874)	(815.025)
Resultado antes dos impostos		**751.607**	**(148.024)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	9c	(214.606)	1.689
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	(2.131)	29.022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**534.870**	**(117.313)**
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R$)	21	**0,2267**	**(0,0497)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	534.870	(117.313)
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em exercícios subsequentes		
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 19)	(527.744)	(220.067)
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 9b)	179.433	74.823
	(348.311)	**(145.244)**
Resultado abrangente do exercício	**186.559**	**(262.557)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**2.361.998**	**410.000**	**509.810**	**(781.941)**	**-**	**2.499.867**
Aumento de capital	410.000	(410.000)	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(117.313)	(117.313)
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	-	(145.244)	-	(145.244)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	(145.244)	(117.313)	(262.557)
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	(117.313)	-	117.313	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	(566)	-	-	(566)
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 21)	-	1.500.000	-	-	-	1.500.000
Reserva de incentivos fiscais	-	-	566	-	-	566
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**2.771.998**	**1.500.000**	**392.497**	**(927.185)**	**-**	**3.737.310**
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9, líquido de impostos (nota 2.5)	-	-	-	-	(99.076)	(99.076)
Lucro líquido do exercício					534.870	534.870
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	-	(348.311)	-	(348.311)
Resultado abrangente do exercício	**-**	**-**	**-**	**(348.311)**	**534.870**	**186.559**
Reserva legal	-	-	26.744	-	(26.744)	-
Juros s/ capital próprio (R$0,0424/ação)	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Dividendos estatutários (R$0,0773/ação)	-	-	-	-	(182.435)	(182.435)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	9.237	-	(9.237)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	117.378	-	(117.378)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 21)	-	1.100.000	-	-	-	1.100.000
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	**2.771.998**	**2.600.000**	**545.856**	**(1.275.496)**	**-**	**4.642.358**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		534.870	(117.313)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Obrigações pós-emprego	19	273.383	(132.216)
Amortização	14b	594.922	561.221
Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT		-	282.876
Provisões para perdas operacionais, líquidas	23c	332.200	468.857
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	12a e 14b	22.908	18.046
Juros e variações monetárias		489.736	580.607
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	12a	(325)	(8.587)
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	17	12.606	38.172
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	22	(1.973.064)	(988.260)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	2.131	(29.022)
		289.367	674.381
(Aumento) redução de ativos			
Consumidores e revendedores		(423.056)	(614.089)
Concessionários – transporte de energia		(73.656)	30.349
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	12b	908.604	585.527
Tributos compensáveis		52.060	(11.408)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(12.411)	(23.920)
Depósitos vinculados a litígios		(53.479)	(42.513)
Reembolso subsídios tarifários		(9.125)	(9.594)
Subvenção baixa renda		(3.572)	9.601
Outros		(57.614)	221.835
		327.751	145.788
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(485.365)	606.019
Impostos, taxas e contribuições		(4.328)	(164.509)
Salários e encargos sociais		58.577	(15.453)
Encargos regulatórios		(48.854)	(109.619)
Obrigações pós-emprego	19	(221.236)	(203.184)
Outros		(56.959)	(184.994)
		(758.165)	(71.740)
Caixa (consumido) gerado pelas atividades operacionais		**(141.047)**	**748.429**
Juros pagos	17	(406.841)	(632.740)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(196.956)	-
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**(744.844)**	**115.689**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Em títulos e valores mobiliários – aplicação financeira		(167.461)	31.770
Em ativos de contrato	13	(700.349)	-
Em intangível	14	(28.157)	(976.154)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(895.967)**	**(944.384)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos obtidos	17	950.000	-
Custo de transação	17	(8.265)	(10.971)
Pagamentos de empréstimos	17	(455.507)	(565.521)
Juros sobre capital próprio		(15.000)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	21	1.100.000	1.500.000
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**1.571.228**	**923.508**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(69.583)	94.813
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	520.887	426.074
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**5**	**451.304**	**520.887**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	2018		2017	
Receitas				
Venda de energia e serviços	23.225.361		20.436.543	
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	756.964		1.044.682	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	325		8.587	
Outras receitas	55.181		17.107	
Ajuste para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(270.722)		(228.428)	
	23.767.109		21.278.491	
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	(7.919.703)		(7.463.738)	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(1.612.638)		(1.104.630)	
Serviços de terceiros	(1.220.147)		(1.181.553)	
Materiais	(370.765)		(578.184)	
Outros custos operacionais	(308.933)		(588.670)	
	(11.432.186)		(10.916.775)	
Valor adicionado bruto	**12.334.923**		**10.361.716**	
Retenções				
Amortização	(594.922)		(561.221)	
Valor adicionado líquido	**11.740.001**		**9.800.495**	
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	433.976		397.277	
Valor adicionado a distribuir	**12.173.977**		**10.197.772**	
Distribuição do valor adicionado				
		%		%
Empregados	**1.175.739**	**9,66**	**856.345**	**8,40**
Remuneração direta	739.496	6,07	698.645	6,85
Obrigações pós- emprego e outros benefícios	324.671	2,67	(66.627)	(0,65)
FGTS	43.874	0,36	66.799	0,66
Programa de desligamento voluntário programado	67.698	0,56	157.528	1,54
Impostos, taxas e contribuições	**9.739.510**	**80,01**	**8.502.451**	**83,38**
Federais	4.910.435	40,35	3.546.810	34,78
Estaduais	4.823.678	39,62	4.951.877	48,56
Municipais	5.397	0,04	3.764	0,04
Remuneração de capitais de terceiros	**723.858**	**5,94**	**956.289**	**9,37**
Juros	649.332	5,33	883.553	8,66
Aluguéis	74.526	0,61	72.736	0,71
Remuneração de capital próprio	**534.870**	**4,39**	**(117.313)**	**(1,15)**
Juros sobre capital próprio	100.000	0,82	-	-
Dividendos	182.434	1,50	-	-
Lucro (prejuízo) retidos	252.436	2,07	(117.313)	(1,15)
	12.173.977	**100,00**	**10.197.772**	**100,00**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. ("Companhia", "Cemig D" ou "Cemig Distribuição"), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig"), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Estado e Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.409.044 consumidores em 31 de dezembro de 2018 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O novo Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do novo prazo de concessão.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Mudanças no Estatuto Social da Companhia – aprimoramento da Governança Corporativa

Em 11 de junho de 2018, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou alterações no Estatuto Social da Companhia, a fim de formalizar as melhores práticas de governança corporativa e atender aos requisitos previstos na Lei 13.303/2016 ("Lei das Estatais"). Dentre os aprimoramentos incorporados ao Estatuto Social, cabe destacar:

- Redução da composição do Conselho de Administração, de 15 para 9 membros titulares, em consonância com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e o Manual de Avaliação de Sustentabilidade Corporativa do Dow Jones Sustainability Index;

- Criação de Comitê de Auditoria, sendo mantido o Conselho Fiscal.

As alterações no Estatuto não impactaram a política de dividendos da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 28 de março de 2019, a Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 26.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de

câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Nota 7 – Ajuste para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 9 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 12 – Ativos e passivos financeiros da concessão;
- Nota 14 – Intangíveis e vidas úteis de ativos;
- Nota 19 – Obrigações pós-emprego;
- Nota 20 – Provisões;
- Nota 22 – Fornecimento não faturado de energia elétrica;
- Nota 26 – Mensuração de instrumentos financeiros;
- Nota 26 – Mensuração pelo valor justo.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 15/ CPC 47 (Receita de contratos com clientes)

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de contrato com clientes) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida à medida em que uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A entidade deve reconhecer a receita somente quando for provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou

serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Este novo pronunciamento substituiu todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o IFRS 15/CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor.

A Companhia adotou a nova norma com base no método retrospectivo modificado, com os impactos contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse pronunciamento ao exercício comparativo apresentado.

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo IFRS 15/CPC 47:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A tabela a seguir, é apresentado o impacto da adoção da IFRS 15/CPC 47 na demonstração do resultado e no balanço patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Demonstração do Resultado	31/12/2018 sem adoção do IFRS 15/CPC 47	Ajuste IFRS 15/CPC 47	31/12/2018 com adoção do IFRS 15/CPC 47
RECEITA LÍQUIDA (1)	13.801.186	(44.326)	13.756.860
CUSTOS OPERACIONAIS	(11.628.367)	-	(11.628.367)
DESPESAS OPERACIONAIS (1)	(1.234.314)	44.326	(1.189.988)
Resultado financeiro	(186.898)	-	(186.898)
Imposto de renda e contribuição social	(216.737)	-	(216.737)
Lucro líquido do exercício	**534.870**	**-**	**534.870**

Balanço Patrimonial	31/12/2018 sem adoção do IFRS 15/CPC 47	Ajuste IFRS 15/CPC 47	31/12/2018 com adoção do IFRS 15/CPC 47
Ativo circulante	**5.279.648**	**-**	**5.279.648**
Ativo não circulante	**13.637.431**	**-**	**13.637.431**
Intangível (2)	9.408.232	(518.162)	8.890.070
Ativo de contrato (2)	-	518.162	518.162
Outros ativos não circulantes	4.229.199	-	4.229.199
Passivo circulante	**4.570.970**	**-**	**4.570.970**
Passivo não circulante	**9.703.751**	**-**	**9.703.751**
Patrimônio líquido	**4.642.358**	**-**	**4.642.358**

(1) Refere-se ao reconhecimento dos ressarcimentos aos clientes decorrentes das penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI, como redução das receitas de uso da rede de distribuição (TUSD). Até 31 de dezembro de 2017, esses ressarcimentos eram reconhecidos como despesa operacional.

(2) Refere-se à alteração na classificação dos ativos vinculados à infraestrutura da concessão durante o período de construção. A infraestrutura em construção representa os ativos de distribuição ainda em formação, cuja obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo em que a mesma é construída. Até o exercício de 2017, esses ativos eram registrados inicialmente no ativo intangível e quando da sua entrada em operação eram bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. A partir de 1º de janeiro de 2018, esses ativos passaram a ser classificados como ativos de contrato e posteriormente bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível na entrada em operação. Mais detalhes na nota explicativa nº 13 – Ativos de Contrato.

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A norma eliminou as categorias existentes pela IAS 39/CPC 38 e, portanto, a Companhia passou a reclassificá-las de acordo com norma atual, conforme abaixo:

	Classificação	
	IAS 39/CPC 38	IFRS 9/CPC 48
Ativos Financeiros		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Valor justo resultado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Disponível para venda	Valor justo resultado
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fundos Vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Valores a Receber de Partes Relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos Financeiros - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Reembolso de Subsídios Tarifários	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Subvenção Baixa Renda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos Vinculados a Litígios	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos Financeiros da Concessão – Infraestrutura de Distribuição	Disponível para venda	Valor justo resultado
Passivos Financeiros		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	Custo amortizado	Custo amortizado
Passivos Financeiros - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Plano de Regularização de Créditos Tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais	Custo amortizado	Custo amortizado
Valores a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado

1) A Companhia possui "títulos e valores mobiliários" com classificações distintas, de acordo com a IFRS 9/CPC 48;

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas na realização dos créditos, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. Este modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos de contrato.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma

abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia adotou, em sua análise, uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu contas a receber de clientes não possuem componentes de financiamento significativos e calculou a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês (tendo como base 12 meses do faturamento), segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer.

A perda estimada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida foi calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, foi considerada a expectativa de perda integral.

Os impactos decorrentes da adoção inicial da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, como segue:

	01/01/2018
Consumidores e revendedores e transporte de energia (nota 7)	150.114
Tributos diferidos (nota 9b)	(51.038)
	99.076

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Edição do CPC 47/IFRS 15; (ii) Edição do CPC 48/IFRS 9; (iii) Alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10/IFRS 2; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28/IAS 40; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 – 2016.

Os impactos da adoção da IFRS 15/CPC 47 e IFRS 9/CPC 48 estão refletidos nos parágrafos acima. Com relação às alterações introduzidas por esses pronunciamentos no IFRIC 12/ICPC 01 (R1) e destacamos abaixo os reflexos no reconhecimento dos ativos de distribuição.

A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações nos demais pronunciamentos.

• ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão

As alterações introduzidas pela IFRS 15/CPC 47 e IFRS9/CPC 48 impactaram na classificação e mensuração dos ativos vinculados à infraestrutura, já que os mesmos estão sob alcance da IFRIC 12/ICPC 01. Conforme requerido no pronunciamento, a alocação de preço é exigida para cada tipo de obrigação de performance identificada no contrato, devendo ainda classificar o ativo financeiro entre custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Com base nas características contratuais, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção passaram a ser registrados inicialmente como ativos de contrato,

considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados.
Os impactos relativos à mensuração dos ativos de contrato estão descritos na nota explicativa nº 13.

2.6. Normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

- IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

  Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

  Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

  A Companhia efetuou a análise da aplicação inicial do IFRS 16 /CPC-06 (R2) em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019 e pretende adotar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Dentre as formas de adoção previstas na norma a Companhia optou pela adoção do método retrospectivo modificado, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16, não reapresentará informações e saldos em base comparativa.

  Durante 2018, a Companhia efetuou uma avaliação detalhada dos impactos da adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2) com base nos seguintes contratos afetados:

  - Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
  - Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa;
  - Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

Impacto sobre o balanço patrimonial:

	01/01/2019
Ativo - Direito de uso	261.332
Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	(261.332)

- IFRIC 23/ICPC 22 – trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

  - Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
  - As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
  - Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
  - Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

  A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

  A Companhia ainda está avaliando os potenciais efeitos da aplicação dessa nova Interpretação sobre os valores e divulgações apresentados em suas demonstrações financeiras.

- A Companhia analisou as demais normas alteradas e interpretações não vigentes e concluiu que as mesmas não deverão ter um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

2.7. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Nesta categoria encontram-se também equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores e revendedores, concessionários de transporte de energia, depósitos vinculados a litígios, fundos vinculados, valores a receber e a pagar a partes relacionadas, ativos e passivos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, subvenção de baixa renda, reembolso subsídios tarifários, empréstimos e financiamentos, debêntures, dívida pactuada com o fundo de pensão e fornecedores.

b) Consumidores e revendedores e concessionários - transporte de energia

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários – transporte de energia – são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas esperadas para 12 meses, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A Companhia adota, em sua análise, uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu contas a receber de clientes não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês (tendo como base 12 meses do faturamento), segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer. A perda estimada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, é considerada a expectativa de perda integral.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

c) Ativos vinculados à concessão

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A Companhia determina a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A Companhia mensurou a parcela dos ativos que será integralmente amortizada até o final da concessão considerando a prorrogação por mais 30 anos do seu Contrato de Concessão, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 3.

Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores, sendo que a parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária. O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício e levado em consideração pelo regulador no ciclo de revisão tarifária subsequente.

d) Ativos intangíveis

Compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

e) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

f) Benefícios a empregados

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação para amortização das obrigações atuariais (ver nota explicativa nº 19) e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o fundo de pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes, com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais, são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes.

Benefícios de curto prazo a empregados – A participação nos lucros e resultados prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao Acordo Coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica participação dos empregados e administradores no resultado.

g) Imposto de renda e contribuição social

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

h) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A entidade reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores estimados e os realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

As receitas recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados. A receita de uso da rede de distribuição não faturada, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior e contabilizada no final do mês. Historicamente, as diferenças entre os valores estimados e os realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

A receita de parcela A e outros itens financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 12.

A receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão, decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade fim da Companhia.

i) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização dos ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3. DAS CONCESSÕES

A Companhia detém junto à ANEEL a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo

da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de produtividade, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, casos eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Quando a Companhia solicita uma revisão tarifária extraordinária, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis ("custos da parcela A"); e (ii) uma parcela de custos operacionais ("custos da parcela B").

Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, a partir de 2016, sendo que para este reposicionamento tarifário foram aplicadas as regras previstas no contrato de concessão anterior. Para os reposicionamentos tarifários subsequentes serão aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos (DECi e FECi) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição de sustentabilidade econômica e financeira mínima;
- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 01 de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das

condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 01 de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira são como segue:

- Geração operacional de caixa (-) QRR[1] (-) juros da dívida[2] ≥ 0;
- LAJIDA[3] ≥ 0 (até o término de 2017 e mantida em 2018, 2019 e 2020);
- [LAJIDA (-) QRR] ≥ 0 (até o término de 2018 e mantida em 2019 e 2020);
- {Dívida líquida[4] / [LAJIDA (-) QRR]} ≤ 1 / (80% da SELIC) (até o término de 2019); e,
- {Dívida líquida / [LAJIDA (-) QRR]} ≤ 1 / (111% da SELIC) (até o término de 2020).

1. QRR – Quota de reintegração regulatória ou despesa de depreciação regulatória;
2. Dívida líquida x 111% da SELIC;
3. Calculado conforme metodologia definida pela Aneel, constante no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia;
4. Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Contas bancárias	92.756	101.865
Aplicações financeiras		
Certificados de depósitos bancários	226.030	355.854
Overnight	132.518	63.168
	358.548	419.022
	451.304	**520.887**

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 40% a 104% em 2018 (60% a 104,5% em 2017), conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 6,39% a.a. em 2018 (6,89% a.a. em 2017).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 26.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2018	2017
Certificados de depósitos bancários	196	874
Letras financeiras – bancos	308.370	84.555
Letras financeiras do tesouro	147.372	206.246
Debêntures	8.704	18.522
Outros	326	394
	464.968	**310.591**
Ativo circulante	**408.769**	**302.298**
Ativo não circulante	**56.199**	**8.293**

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a 80% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), em 2018 (100,25% a 105,25% em 2017), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 102,00% a 111,25% do CDI (102,01% a 112,00% do CDI em 2017).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 151,00% do CDI em 2018 (104,25% a 161,54% do CDI em 2017).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 26. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 25.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer		Saldos Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	Até 90 dias	de 91 a 360 dias	há mais de 360 dias	2018 (1)	2017
Residencial	639.197	281.220	440.210	160.293	67.657	1.588.577	1.444.364
Industrial	74.701	74.521	42.920	22.705	130.543	345.390	307.553
Comércio, serviços e outras	336.034	157.145	109.001	42.192	97.609	741.981	682.442
Rural	130.348	55.198	80.925	55.385	20.693	342.549	289.385
Poder público	52.316	29.234	38.337	81.288	98.504	299.679	222.586
Iluminação pública	9.875	27.539	1.956	1.116	2.978	43.464	45.565
Serviço público	70.590	26.155	13.689	6.001	11.856	128.291	108.820
Subtotal – consumidores	**1.313.061**	**651.012**	**727.038**	**368.980**	**429.840**	**3.489.931**	**3.100.715**
Concessionários – transporte de energia	79.600	159.453	14.511	2.478	81.972	338.014	264.362
Suprimento – energia de curto prazo	-	-	-	-	-	-	179.442
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(163.370)	(15.547)	(20.746)	(12.635)	(484.791)	(697.089)	(489.538)
	1.229.291	**794.918**	**720.803**	**358.823**	**27.021**	**3.130.856**	**3.054.981**
Ativo circulante							
Consumidores e revendedores						**2.859.862**	**2.686.274**
Concessionários – transporte de energia						**195.122**	**124.951**
Ativo não circulante							
Consumidores e revendedores						**711**	**172.080**
Concessionários – transporte de energia						**75.161**	**71.676**

(1) As transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 25.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 26.

O ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	2018	2017
Residencial	133.652	157.268
Industrial	130.747	113.385
Comércio, serviços e outras	181.993	109.959
Rural	31.846	15.664
Poder público	119.343	11.756
Iluminação pública	4.694	3.819
Serviço público	27.084	9.953
Concessionários – transporte de energia	67.730	67.734
	697.089	**489.538**

A movimentação do ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**602.689**
Constituições, líquidas (nota 23c)	228.428
Baixas	(341.579)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**489.538**
Adoção inicial CPC.48 / IFRS 9 (nota 2.5)	150.114
Constituições, líquidas (nota 23c)	270.722
Baixas	(213.285)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**697.089**

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2018	2017
Circulante		
ICMS a recuperar	34.724	38.504
COFINS	15.154	52.935
PIS-PASEP	3.659	11.495
Outros	304	3.074
	53.841	**106.008**
Não Circulante		
ICMS a recuperar	181.663	178.637
COFINS	-	2.483
PIS-PASEP	-	436
	181.663	**181.556**
	235.504	**287.564**

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ que serão compensados com tributos federais a pagar a serem apurados.

	2018	2017
Circulante		
Imposto de renda	106.970	114.383
Contribuição social	58.091	60.311
	165.061	**174.694**

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	2018	2017
Ativos fiscais diferidos		
Prejuízo fiscal / base negativa	253.692	353.697
Obrigações pós-emprego	996.506	782.461
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	257.225	186.528
Provisão para redução a valor recuperável	16.478	2.188
Provisões operacionais	17.198	-
Provisões para contingências	149.562	163.532
Taxa de administração	6.000	6.375
Participação no lucros e resultados - PLR	17.434	1.065
Outros	2.200	741
	1.716.295	**1.496.587**
Passivos fiscais diferidos		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(205.617)	(214.645)
Encargos financeiros capitalizados	(167.454)	(165.582)
Custo de captação	(8.803)	(10.279)
	(381.874)	**(390.506)**
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	**1.334.421**	**1.106.081**

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.002.236**
Efeitos alocados às demonstrações dos resultados	29.022
Efeitos alocados às demonstrações de resultados abrangentes	74.823
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.106.081**
Efeitos alocados às demonstrações dos resultados	(2.131)
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9 - efeitos alocados ao patrimônio líquido (nota 2.5)	51.038
Efeitos alocados às demonstrações de resultados abrangentes	179.433
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.334.421**

Os saldos passivos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2019, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da Cemig Distribuição referente à projeção de lucratividade futura. O referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 28 de março de 2019.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2018, conforme abaixo:

	2018
2019	283.318
2020	262.068
2021	238.083
2022	242.790
2023	188.783
2024 a 2026	300.752
2027 a 2028	200.501
	1.716.295

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2018	2017
Resultado antes dos impostos	751.607	(148.024)
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal	(255.546)	50.328
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
JCP declarado	34.000	-
Incentivos fiscais	18.714	-
Contribuições e doações indedutíveis	(3.133)	(3.513)
Créditos fiscais não reconhecidos	-	(2.251)
Multas indedutíveis	(11.355)	(13.140)
Excedente de reativos e ultrapassagem de demanda	-	(2.030)
Outros	583	1.317
Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva	**(216.737)**	**30.711**
Alíquota efetiva	**28,84%**	**20,75%**
Corrente	**(214.606)**	**1.689**
Diferido	**(2.131)**	**29.022**

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	2018	2017
Trabalhista	262.715	236.069
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sob juros sobre capital próprio	10.796	10.393
PIS-PASEP/COFINS – exclusão do ICMS da base de cálculo (1)	1.148.604	1.110.376
IR/INSS indenização do anuênio (2)	196.885	191.553
Outros	35.590	37.233
	1.391.875	1.349.555
Outros		
Regulatório	19.599	27.346
Cível	5.704	10.279
Relações de consumo	4.192	3.934
Bloqueio judicial	5.647	8.290
Outros	17.936	14.939
	53.078	64.788
	1.707.668	**1.650.412**

(1) Os saldos de depósitos judiciais referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores. Ver detalhes na nota explicativa nº 16.
(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 20 – Provisões (indenização do anuênio)

11. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE).

Em 2018, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R$953.140 (R$841.767 em 2017). Deste valor, a Companhia tem a receber R$82.470 (R$73.345 em 2017), reconhecidos no ativo circulante.

12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	2018	2017
Ativos relacionados à infraestrutura (a)	395.743	369.762
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" CVA e outros componentes financeiros (b)	1.080.693	369.010
	1.476.436	**738.772**
Ativo circulante	**646.874**	**158.525**
Ativo não circulante	**829.562**	**580.247**

PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	2018	2017
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" CVA e outros componentes financeiros (b)	-	414.800
Passivo circulante	**-**	**414.800**
Passivo não circulante	**-**	**-**

a) Ativos relacionados à infraestrutura

O contrato de concessão de distribuição da Companhia está dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e a ANEEL.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**216.107**
Transferências do ativo intangível (nota 14)	145.283
Baixas	(215)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	8.587
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**369.762**
Transferências de ativos de contrato (nota 13)	26.695
Outras transferências	(50)
Baixas	(989)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	325
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**395.743**

b) Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas demonstrações financeiras os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2018			31/12/2017		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	**1.184.458**	**2.545.994**	**3.730.452**	**381.588**	**2.330.978**	**2.712.566**
Ativo circulante	1.184.458	1.505.264	2.689.722	381.588	1.379.162	1.760.750
Ativo não circulante	-	1.040.730	1.040.730	-	951.816	951.816
Passivo	**(1.140.507)**	**(1.509.252)**	**(2.649.759)**	**(796.388)**	**(1.961.968)**	**(2.758.356)**
Passivo circulante	(1.140.507)	(902.341)	(2.042.848)	(796.388)	(1.220.637)	(2.017.025)
Passivo não circulante	-	(606.911)	(606.911)	-	(741.331)	(741.331)
Total circulante líquido	43.951	602.923	646.874	(414.800)	158.525	(256.275)
Total não circulante líquido	-	433.819	433.819	-	210.485	210.485
Total líquido	**43.951**	**1.036.742**	**1.080.693**	**(414.800)**	**369.010**	**(45.790)**

Os valores acima estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo da Companhia.

COMPONENTES FINANCEIROS	31/12/2018			31/12/2017		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	1.172	220.016	221.188	(154.234)	(89.414)	(243.648)
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	24.263	(5.577)	18.686	9.058	23.448	32.506
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	2.266	15.580	17.846	2.332	1.306	3.638
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – PROINFA	3.106	5.154	8.260	(5.148)	1.513	(3.635)
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER	(246.181)	(287.474)	(533.655)	(40.105)	(586.413)	(626.518)
Energia elétrica comprada para revenda (1)	667.149	1.401.917	2.069.066	(90.616)	1.326.263	1.235.647
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia	(204.056)	(12.920)	(216.976)	8.357	(211.337)	(202.980)
Neutralidade da parcela A	53.008	(14.883)	38.125	(30.581)	74.076	43.495
Outros itens financeiros	(235.964)	(211.525)	(447.489)	(111.825)	-	(111.825)
Bandeiras tarifárias (2)	-	(11.215)	(11.215)	-	(134.008)	(134.008)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(20.812)	(62.331)	(83.143)	(2.038)	(36.424)	(38.462)
TOTAL	**43.951**	**1.036.742**	**1.080.693**	**(414.800)**	**369.010**	**(45.790)**

(1) O montante de CVA Energia constituída em 2018 após a Revisão Tarifária, para inclusão no reajuste de 2019, se deve principalmente ao aumento das despesas com compra de energia e cobertura do risco hidrológico, tendo em vista o aumento do preço da energia no mercado atacadista e a operação das usinas termelétricas, em função do baixo nível dos reservatórios.
(2) Faturamento de bandeiras tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

Abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(407.250)**
Constituição líquida de ativos financeiros	810.635
Realização	177.625
Antecipação por repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(585.527)
Atualização Selic	(41.273)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(45.790)**
Constituição líquida de ativos financeiros (1)	1.638.462
Realização	334.602
Antecipação por repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(793.822)
Outros – Ressarcimento P&D (2)	(114.782)
Atualização Selic	62.023
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.080.693**

(1) A constituição de CVA no período se deve, principalmente, ao aumento dos custos com energia em 2018, em relação à cobertura tarifária, o que gerou um ativo financeiro a ser ressarcido à Companhia no próximo reajuste tarifário.
(2) Trata-se da devolução do excedente de arrecadação adicional de 0,3% sobre a receita operacional líquida prevista na Lei 12.111/2009, repassado às tarifas de energia elétrica e recolhido ao Tesouro Nacional de janeiro/2010 a dezembro/2012, visando ressarcir Estados, Municípios pela eventual perda de recolhimento de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias ("CCRBT" ou "Conta Bandeira") destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por

fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No exercício de 2018, os repasses da conta bandeira totalizaram R$793.822 (R$585.527 em 2017) e foram reconhecidos como uma antecipação parcial da CVA constituída.

13. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade com a IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com o cliente, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada a construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	-
Efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 (nota 14)	531.750
Adições	726.713
Transferências para o ativo financeiro (nota 12)	(26.695)
Transferências para o ativo intangível (nota 14)	(671.577)
Provisão para redução do valor recuperável	(42.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**518.162**

Dentre as adições realizadas no exercício de 2018, no montante de R$726.713, está contemplado R$26.364 a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 17.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou provisão para redução do valor recuperável de determinados ativos em curso a longa data no montante de R$42.029. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável dos demais ativos de contrato, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos de contrato com vida útil indefinida.

14. INTANGÍVEL

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão.

a) Composição do saldo

	2018			2017		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da concessão	20.308.857	(8.578.754)	11.730.103	19.531.570	(7.906.693)	11.624.877
(-) Obrigações especiais	(4.019.750)	1.123.616	(2.896.134)	(3.850.998)	977.564	(2.873.434)
Ativos da concessão líquidos	**16.289.107**	**(7.455.138)**	**8.833.969**	**15.680.572**	**(6.929.129)**	**8.751.443**
Intangível em curso	56.101	-	56.101	585.043	-	585.043
Total do intangível	**16.345.208**	**(7.455.138)**	**8.890.070**	**16.265.615**	**(6.929.129)**	**9.336.486**

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**8.977.637**
Adições	1.044.682
Transferências para o ativo financeiro (nota 12)	(145.283)
Outras transferências	38.502
Baixas	(17.831)
Amortização	(561.221)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**9.336.486**
Efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 (nota 13)	(531.750)
Adições	30.251
Outras transferências	347
Baixas	(21.919)
Transferência de ativos de contrato (nota 13)	671.577
Amortização	(594.922)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**8.890.070**

Dentre as adições realizadas no exercício de 2018, no montante de R$30.251, está contemplado R$2.094 (R$68.528 em 2017) a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 17.

A taxa de amortização média anual da Companhia, na atividade distribuição é de 3,86%. As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos por parte da Administração e refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos, são as seguintes:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão - classe tensão inferior a 69kV	4,35		

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão.

A Companhia possui registrado em seu ativo intangível, em 31 de dezembro de 2018, o valor contábil bruto de R$2.686.648 (R$2.367.627 em 31 de dezembro de 2017), referente aos ativos totalmente amortizados ainda em operação. Deve ser ressaltado que esses ativos não são considerados para definição das tarifas da Companhia.

15. FORNECEDORES

	2018	2017
Energia de curto prazo - CCEE	114.896	451.239
Encargos de uso da rede elétrica (1)	121.571	129.525
Energia elétrica comprada para revenda	430.687	498.408
Itaipu binacional	268.004	240.220
Materiais e serviços	263.897	335.990
	1.199.055	**1.655.382**

(1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	2018	2017
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS (i)	142.739	406.181
COFINS	102.900	74.403
PIS-PASEP	22.233	16.005
INSS	15.154	13.152
ISSQN	5.225	4.930
Outros	9.474	9.243
	297.725	**523.914**
Não circulante		
COFINS	21.439	19.910
PIS-PASEP	3.484	3.236
	24.923	**23.146**
	322.648	**547.060**
Valores a serem restituídos a consumidores		
Não circulante		
PASEP/COFINS (ii)	1.123.680	1.087.230
	1.123.680	**1.087.230**

(i) Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT

Em 2017, a Companhia aderiu ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação do imposto sobre circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, atualizados e líquidos das reduções de multa e juros.

As principais questões tributárias que implicaram na adesão da Companhia ao PRCT estão relacionadas ao ICMS incidente sobre a subvenção da CDE no período de janeiro

de 2013 a outubro de 2016 e ainda a classificação de condomínios residenciais na categoria comercial, com alteração na alíquota do ICMS, gerando divergência de interpretação em relação à autoridade tributária, no período de 2013 a 2015. O PRCT, no montante de R$557.673, líquido da redução dos juros e multas em 90%, foi liquidado em 06 (seis) parcelas sucessivas, atualizadas pela taxa de 50% da Selic, tendo sido a 6ª parcela quitada em 02 de abril de 2018.

(ii) As obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS contemplavam os valores referentes ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou-se por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia realizou a baixa dos passivos relativos a essas contribuições e constituiu um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores. Em 31 de dezembro de 2018 esse passivo é de R$1.123.680 (R$1.087.230 em 31 de dezembro de 2017), que equivale ao valor atualizado dos depósitos judiciais realizados, no montante de R$1.148.604 (R$1.110.376 em 31 de dezembro de 2017), líquido de PASEP/COFINS incidente sobre a sua receita de atualização no montante de R$24.924 (R$23.146 em 31 de dezembro de 2017). O passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica, mantendo a neutralidade tarifária. A restituição aos consumidores dependerá do efetivo levantamento do depósito judicial e eventual definição de mecanismos de ressarcimento pela ANEEL. Não ocorreram efeitos no resultado decorrentes deste assunto.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	2018						2017
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Moeda Estrangeira							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US$	1.874	24.062	25.936	22.933
Dívida em Moeda Estrangeira				**1.874**	**24.062**	**25.936**	**22.933**
Moeda Nacional							
Banco do Brasil S.A.	2022	146,50% do CDI	R$	36.281	466.250	502.531	500.193
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R$	12.926	20.256	33.182	49.789
Grandes Consumidores (2)	2024	IGP-DI + 6,00%	R$	2.389	2.596	4.985	4.304
Caixa Econômica Federal	2018	119,00% do CDI	R$	-	-	-	8.346
Caixa Econômica Federal	2022	146,50% do CDI	R$	43.351	583.281	626.632	626.667
Nota Promissória - 9ª Emissão - Série Única	2019	151,00% do CDI	R$	425.571	-	425.571	-
(-) FIC Pampulha (3)				(13.015)	-	(13.015)	-
(-) Custos de Transação				(2.943)	(9.131)	(12.074)	(17.581)
Dívida em Moeda Nacional				**504.560**	**1.063.252**	**1.567.812**	**1.171.718**
Total de Empréstimos e Financiamentos				**506.434**	**1.087.314**	**1.593.748**	**1.194.651**
Debêntures - 3ª Emissão - 1ª Série (4)	2018	CDI + 0,69%	R$	-	-	-	447.114
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (4)	2021	IPCA + 4,70%	R$	568.670	1.027.749	1.596.419	1.537.147
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (4)	2025	IPCA + 5,10%	R$	40.434	915.288	955.722	920.197
Debêntures - 4ª Emissão - Série Única (4)	2018	CDI + 4,05%	R$	-	-	-	20.008
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (4)	2022	146,50% do CDI	R$	111.433	1.468.688	1.580.121	1.576.220
Debêntures - 6ª Emissão - Série Única (4)	2020	CDI + 1,75%	R$	276.434	274.780	551.214	-
(-) Custos de Transação				(2.790)	(11.026)	(13.816)	(12.646)
Total de Debêntures				**994.181**	**3.675.479**	**4.669.660**	**4.488.040**
Total Geral				**1.500.615**	**4.762.793**	**6.263.408**	**5.682.691**

(1) Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R$174.790, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R$148.854. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.
(2) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI+ 6%);
(3) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 25;
(4) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural.

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo "simples", não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação, e debêntures em tesouraria.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R$50 milhões ("*cross default*").

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Moedas								
Dólar Norte-Americano	1.874	-	-	-	-	24.062	-	25.936
Total por Moedas	**1.874**	**-**	**-**	**-**	**-**	**24.062**	**-**	**25.936**
Indexadores								
IPCA (1)	609.104	506.205	521.544	228.822	228.822	228.822	228.822	2.552.141
UFIR/RGR (2)	12.926	11.205	3.407	3.265	2.379	-	-	33.182
CDI (3)	880.055	639.348	729.136	1.424.515	-	-	-	3.673.054
IGP-DI (4)	2.389	1.211	595	316	316	158	-	4.985
Total por Indexadores	**1.504.474**	**1.157.969**	**1.254.682**	**1.656.918**	**231.517**	**228.980**	**228.822**	**6.263.362**
(-) Custos de Transação	(5.733)	(4.683)	(5.140)	(9.818)	(172)	(172)	(172)	(25.890)
Total Geral	**1.500.615**	**1.153.286**	**1.249.542**	**1.647.100**	**231.345**	**252.870**	**228.650**	**6.263.408**

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
(2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
(3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
(4) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação acumulada em 2018 (%)	Variação acumulada em 2017 (%)	Indexador	Variação acumulada em 2018 (%)	Variação acumulada em 2017 (%)
Dólar Norte-Americano	17,13	1,50	IPCA	3,75	2,95
			CDI	6,40	9,93

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**6.198.251**
Custos de transação	(10.971)
Variação monetária	71.568
Variação cambial	(173)
Encargos financeiros provisionados	584.105
Amortização do custo de transação	38.172
Encargos financeiros pagos	(632.740)
Amortização de empréstimos	(565.521)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**5.682.691**
Empréstimos obtidos	950.000
Custos de transação	(8.265)
Empréstimos obtidos líquidos	**941.735**
Variação monetária	89.891
Variação cambial	2.584
Encargos financeiros provisionados	409.264
Amortização do custo de transação	12.606
Encargos financeiros pagos	(406.841)
Amortização de empréstimos	(455.507)
Subtotal	**6.276.423**
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	(13.015)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**6.263.408**

Encargos financeiros capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos.

A Companhia transferiu para os ativos de contrato e intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2018	2017
Encargos de empréstimos e financiamentos	409.264	584.105
Encargos financeiros capitalizados nos ativos de contrato e no intangível (1) (notas 13 e 14)	(28.458)	(68.528)
Efeito líquido no resultado	**380.806**	**515.577**

(1) A taxa média de capitalização foi de 9,45% a.a. em 2018 (14,28% a.a. em 2017).

Garantias

Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos e financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Em milhares de Reais
Aval e fiança	2.550.853
Recebíveis	3.295.422
Ações	410.274
Sem garantia	6.859
TOTAL	**6.263.408**

Captações de recursos no exercício

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda Nacional				
Nota Promissória - 9ª Emissão - Série Única (1)	maio de 2018	2019	151% do CDI	400.000
(-) Custos de transação				(4.140)
Debêntures				
Debêntures - 6ª Emissão - Série Única (2)	dezembro de 2018	2020	CDI + 1,75%	550.000
(-) Custos de transação				(4.125)
Total de captações				**941.735**

(1) Em maio de 2018, ocorreu a 9ª Emissão de Notas Promissórias, com o prazo de vigência de 1,5 ano, remuneração anual de 151% do CDI que será amortizada em parcela única em 24 de outubro de 2019.

(2) Em dezembro de 2018, ocorreu a 6ª Emissão de Debênures, com o prazo de vigência de 1,5 ano, remuneração anual de CDI + 1,75% que será amortizada mensalmente em 12 parcelas mensais a partir de 03 de julho de 2019.

Cláusulas contratuais restritivas – "*Covenants*"

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas ("*Covenants*") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Cédula de crédito bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, 5ª e 6ª emissões de debêntures e 9ª emissão de nota promissória	Dívida líquida / (Ebitda + dividendos recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 7,5 em 31/12/2017 7,5 em 30/06/2018 4,5 em 31/12/2018 3,8 em 30/06/2019 3,8 em 31/12/2019 3,3 em 30/06/2020 3,3 em 31/12/2020 3,3 em 30/06/2021 3,3 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 31/12/2017 4,5 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	
	Índice de liquidez corrente	Manter índice igual ou maior a: 0,6x em 31/12/2017 em diante	Manter índice igual ou maior a: 0,6x em 31/12/2017 em diante	Semestral e anual

Os títulos descritos acima possuem exigibilidade de cumprimento das respectivas cláusulas restritivas em conformidade aos índices requeridos até o seu vencimento, conforme demonstrado em quadro detalhado do início desta Nota Explicativa.

As cláusulas restritivas foram atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2018	2017
Passivo		
Eficiência energética	257.956	223.767
Pesquisa e desenvolvimento	89.601	84.385
Conta de desenvolvimento energético – CDE	83.871	154.383
Reserva global de reversão – RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	30.994	30.996
Taxa de fiscalização da ANEEL	1.477	1.371
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	16
	488.460	**519.463**
Passivo circulante	**369.284**	**358.760**
Passivo não circulante	**119.176**	**160.703**

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de pensão Forluz (plano de pensão e suplementação de aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano misto de benefícios previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida de acordo com os termos do pronunciamento técnico IAS 19/CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados e laudo preparado por atuários independentes na data base 31 de dezembro de 2018.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - FORLUZ

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrada obrigação a pagar, referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão, no montante de R$472.349 em 31 de dezembro de 2018 (R$522.001 em 31 de dezembro de 2017). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contrato de equacionamento do déficit do plano A da FORLUZ

A FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015 e 2016. Em 31 de dezembro de 2018, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R$273.462 (R$205.244 em 31 de dezembro de 2017), com amortizações mensais até 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor dos instrumentos são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia e suas controladas ficarão dispensadas do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em 28 de março de 2019, o Conselho de Administração da Cemig autorizou a celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A relativo ao ano de 2017. O montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência do déficit de 2017 apurado no Plano A é de R$129.199, através de 167 parcelas mensais. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

Informações atuariais

2018	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Valor presente das obrigações	6.815.908	1.695.721	33.979	316.299	8.861.907
Valor justo dos ativos do plano	(5.551.636)	-	-	-	(5.551.636)
Passivo líquido inicial	**1.264.272**	**1.695.721**	**33.979**	**316.299**	**3.310.271**
Ajuste ao teto de ativo (*Asset Ceiling*)	91.773	-	-	-	91.773
Passivo líquido no balanço patrimonial	**1.356.045**	**1.695.721**	**33.979**	**316.299**	**3.402.044**

2017	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Valor presente das obrigações	6.515.886	1.299.243	27.405	196.536	8.039.070
Valor justo dos ativos do plano	(5.256.817)	-	-	-	(5.256.817)
Passivo líquido inicial	**1.259.069**	**1.299.243**	**27.405**	**196.536**	**2.782.253**
Ajuste ao teto de ativo (*Asset Ceiling*)	39.900	-	-	-	39.900
Passivo líquido no balanço patrimonial	**1.298.969**	**1.299.243**	**27.405**	**196.536**	**2.822.153**

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2016	**6.064.569**	**1.258.299**	**27.435**	**587.630**	**7.937.933**
Custo do serviço corrente	2.819	8.244	184	2.652	13.899
Juros sobre a obrigação atuarial	609.799	130.916	2.855	61.292	804.862
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	120.309	-	-	14	120.323
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	256.026	47.475	1.216	39.455	344.172
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(18.061)	(65.453)	(2.558)	(40.837)	(126.909)
	358.274	(17.978)	(1.342)	(1.368)	337.586
Alterações no plano - serviço passado	-	-	-	(447.965)	(447.965)
Benefícios pagos	(519.575)	(80.238)	(1.727)	(5.705)	(607.245)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2017	**6.515.886**	**1.299.243**	**27.405**	**196.536**	**8.039.070**
Custo do serviço corrente	2.084	7.041	166	1.087	10.378
Juros sobre a obrigação atuarial	592.723	124.332	2.548	18.538	738.141
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(874)	-	-	-	(874)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	287.205	293.986	5.877	20.038	607.106
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(39.066)	55.393	(266)	86.690	102.751
	247.265	349.379	5.611	106.728	708.983
Benefícios pagos	(542.050)	(84.274)	(1.751)	(6.590)	(634.665)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2018	**6.815.908**	**1.695.721**	**33.979**	**316.299**	**8.861.907**

Em 2017, a Companhia realizou modificações no seguro de vida, que implicaram na redução do capital segurado dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o

mínimo de 20%. As alterações mencionadas implicaram em uma redução de R$447.965 nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao resultado.

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2016	**5.037.131**
Retorno real dos investimentos	623.747
Contribuições do empregador	115.514
Benefícios pagos	(519.575)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2017	**5.256.817**
Retorno real dos investimentos	708.248
Contribuições do empregador	128.621
Benefícios pagos	(542.050)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2018	**5.551.636**

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2018 e 2017 são como segue:

2018	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do serviço corrente	2.084	7.041	166	1.087	10.378
Juros sobre a obrigação atuarial	592.723	124.332	2.548	18.538	738.141
Rendimento sobre os ativos do plano	(475.136)	-	-	-	(475.136)
Despesa total em 2018 conforme cálculo atuarial	**119.671**	**131.373**	**2.714**	**19.625**	**273.383**

2017	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do serviço corrente	2.819	8.244	184	2.652	13.899
Juros sobre a obrigação atuarial	609.799	130.916	2.855	61.292	804.862
Rendimento sobre os ativos do plano	(503.012)	-	-	-	(503.012)
Custo do serviço passado	-	-	-	(447.965)	(447.965)
Despesa (recuperação de despesa) total em 2017 conforme cálculo atuarial	**109.606**	**139.160**	**3.039**	**(384.021)**	**(132.216)**

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016	**1.064.122**	**1.258.299**	**27.435**	**587.630**	**2.937.486**
Despesa reconhecida no resultado	109.606	139.160	3.039	63.944	315.749
Contribuições pagas	(115.514)	(80.238)	(1.727)	(5.705)	(203.184)
Alterações no plano - serviço passado (ganho)	-	-	-	(447.965)	(447.965)
Perdas (ganhos) atuariais	240.755	(17.978)	(1.342)	(1.368)	220.067
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017	**1.298.969**	**1.299.243**	**27.405**	**196.536**	**2.822.153**
Despesa reconhecida no resultado	119.671	131.373	2.714	19.625	273.383
Contribuições pagas	(128.621)	(84.274)	(1.751)	(6.590)	(221.236)
Perdas (ganhos) atuariais	66.026	349.379	5.611	106.728	527.744
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	**1.356.045**	**1.695.721**	**33.979**	**316.299**	**3.402.044**

	31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante	181.862	166.525
Passivo não circulante	3.220.182	2.655.628

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R$224.041 (R$268.376 em 2017), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R$49.342 (R$47.373 em 2017).

A estimativa para a despesa a ser reconhecida no exercício de 2019 é como segue:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	361	10.367	233	1.822	12.783
Juros sobre a obrigação atuarial	592.913	150.712	3.020	28.432	775.077
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(470.561)	-	-	-	(470.561)
Estimativa de despesa total em 2019 conforme cálculo atuarial	**122.713**	**161.079**	**3.253**	**30.254**	**317.299**

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2019 é como segue:

	Planos de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	526.967	90.986	1.822	11.957	631.732

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2019 no montante de R$133.555 para amortização de déficit do Plano A e de R$54.742 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Plano A	Plano B			
9,59	11,31	12,72	12,67	16,50

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2018	2017
Ações	7,11%	6,60%
Títulos de renda fixa	71,92%	73,97%
Imóveis	4,69%	8,17%
Outros	16,28%	11,26%
Total	**100,00%**	**100,00%**

Os seguintes ativos do plano de pensão, avaliados pelo valor justo, estão relacionados à Companhia:

	2018	2017
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia	187.451	178.442
Imóveis da Fundação ocupados pela Companhia	431.380	461.970
	618.831	**640.412**

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2018			2017		
	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Seguro de Vida	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Seguro de Vida
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,02%	9,13%	9,16%	9,48%	9,60%	9,57%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	9,02%	9,13%	9,16%	9,48%	9,60%	9,57%
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,01%	4,01%	4,01%	4,00%	4,00%	4,00%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	5,26%	Não aplicável	5,26%	6,08%	Não aplicável	6,08%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT 49 M	Winklevoss D30%	Winklevoss D30%	AT 49 M	Winklevoss D30%	Winklevoss D30%
Crescimento real das contribuições acima da inflação (1)	-	1,00%	-	-	-	-

(1) A partir de 2018, foi adotada a premissa de crescimento real das contribuições acima da inflação, de 1% a.a.

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2018:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Desagravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	141.504	31.801	624	(11.033)	162.896
Agravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	(143.741)	(32.340)	(633)	11.671	(165.043)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	725.674	239.465	4.777	58.567	1.028.483

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do crédito unitário projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no balanço patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

20. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	2017	Adições	Reversões	Liquidações	2018
Trabalhistas	384.247	41.570	(17.710)	(41.156)	366.951
Cíveis					
Relações de consumo	17.608	16.532	(425)	(15.770)	17.945
Outras ações cíveis	41.896	6.698	(13.812)	(6.698)	28.084
	59.504	23.230	(14.237)	(22.468)	46.029
Tributárias	5.000	411	(2.889)	(411)	2.111
Ambientais	2	1.207	-	-	1.209
Regulatórias	23.647	4.073	(10.393)	(337)	16.990
Outras	8.577	1.588	(2.015)	(1.551)	6.599
Total	**480.977**	**72.079**	**(47.244)**	**(65.923)**	**439.889**

	2016	Adições	Reversões	Liquidações	2017
Trabalhistas	266.119	175.457	(183)	(57.146)	384.247
Cíveis					
Relações de consumo	13.307	21.497	(1.293)	(15.903)	17.608
Outras ações cíveis	36.842	9.517	-	(4.463)	41.896
	50.149	31.014	(1.293)	(20.366)	59.504
Tributárias	3.674	2.534	-	(1.208)	5.000
Ambientais	-	2	-	-	2
Regulatórias	21.435	12.078	(9.566)	(300)	23.647
Outras	6.137	7.280	-	(4.840)	8.577
Total	**347.514**	**228.365**	**(11.042)**	**(83.860)**	**480.977**

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários das demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R$1.495.681 (R$1.612.569 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R$366.951 (R$384.247 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R$51.806 (R$39.431 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R$17.945 (R$17.608 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R$219.513 (R$181.805 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R$28.084 (R$41.896 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R$41.326 (R$34.646 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R$2.111 (R$5.000 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$207.586 (R$151.977 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R$16.990 (R$23.647 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros processos no curso normal dos negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$110.856 (R$109.717 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R$7.808 (R$8.579 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas

perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e demais contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R$196.885 (R$191.553 em 31 de dezembro de 2017), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica "Trabalhistas". O valor da contingência, atualizado, é de R$217.451 (R$222.862 em 31 de dezembro de 2017) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxilio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$839.261 (R$788.038 em 31 de dezembro de 2017). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R$35.913 (R$79.597 em 31 de dezembro de 2017) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R$227.080 (R$200.496 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões regulatórias

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R$33.220 (R$30.163 em 31 de dezembro de 2017).

Majoração tarifária

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$302.890 (R$275.458 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Outros passivos contingentes

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R$291.262 (R$261.281 em 31 de dezembro de 2017) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$90.288 (R$79.985 em 31 de dezembro de 2017) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

Em acórdão publicado em 1º de novembro de 2018, o TST decidiu que o IPCA-E deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas para os processos abertos no período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, permanecendo a utilização da TR para os demais períodos, motivo da redução no valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas, que é de R$80.731 (R$190.202 em 31 de dezembro de 2017). Nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Companhia é de R$2.771.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2018	2017
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Resultado do exercício	534.870	(117.313)
Resultado básico e diluído por ação ordinária (em R$)	**0,2267**	**(0,0497)**

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído é igual ao resultado básico.

Adiantamento para futuro aumento de capital

O Conselho de Administração da Cemig, controladora da Companhia, autorizou a transferência, à Cemig Distribuição, do montante de até R$2.750.000, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, por meio de proposta de deliberação à Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em abril de 2019. Até 31 de dezembro de 2018 o montante total repassado, na forma de AFAC, foi de R$2.600.000.

Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se aos ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego, que consistem dos ganhos ou das perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R$1.275.496 (R$927.185 em 31 de dezembro de 2017).

Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina que, no mínimo, 50% do lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado ao pagamento de dividendos obrigatórios ao acionista único da Companhia.

Os dividendos declarados, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido.

Em 18 de dezembro de 2018 o Conselho de Administração deliberou pagamentos de juros sobre o capital próprio em 2018 no montante de R$100.000. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R$34.000, reconhecidos no resultado do exercício de 2018.

	2018
Dividendos obrigatórios	
Lucro líquido do exercício	534.870
Dividendo Obrigatório – 50% do lucro líquido	267.435
Imposto de renda na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	15.000
	282.435
Dividendos registrados em conformidade ao Estatuto	
Dividendos estatutários	182.435
Juros sobre capital próprio	100.000
	282.435
Dividendos por ação - R$	
Dividendos obrigatórios registrados em conformidade ao estatuto	0,1197

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	-
Dividendos estatutários	182.435
Declaração de JCP	100.000
IRPJ sobre JCP	(15.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**267.435**

Proposta de destinação do lucro de 2018

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a realizar-se até 30 de abril de 2019, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2018, no montante de R$534.870, deduzidos dos efeitos do ajuste decorrente da adoção inicial da IFRS9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018, no montante de R$99.076:

- R$26.744, relativos a 5% do lucro líquido, sejam alocados à conta de reserva legal;
- R$100.000 sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios através de juros sobre o capital próprio ("JCP");
- R$182.435 sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- R$9.237 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2018 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R$117.378 sejam mantidos no patrimônio líquido na conta de reserva de retenção de lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2019.

Reservas de lucros

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2018	2017
Reservas de Lucros		
Reserva legal	251.730	224.986
Reserva de incentivos fiscais – SUDENE	17.886	8.649
Reserva de retenção de lucros	276.240	158.862
	545.856	**392.497**

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital conforme demonstrado a seguir.

	2018	2017
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	534.870	(117.313)
Reserva legal	5%	-
Reserva legal constituída	**26.744**	**-**

Reserva de retenção de lucros

As reservas de retenção de lucros referem-se substancialmente aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de incentivos fiscais

As reservas de incentivos fiscais referem-se a investimentos realizados na área da Sudene. A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do imposto de renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração da atividade de distribuição na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2018 é de R$18.550 (R$8.649 em 31 de dezembro de 2017).

22. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2018	2017
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos (a)	17.885.000	16.442.514
Receita de uso da rede – consumidores livres (b)	2.066.845	1.643.377
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros (c)	1.973.064	988.260
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (d)	756.964	1.044.682
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	325	8.587
Multa por violação de padrão indicador de continuidade (1)	(44.326)	-
Outras receitas operacionais (f)	1.344.778	1.362.392
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (g)	(10.225.790)	(9.177.481)
	13.756.860	**12.312.331**

(1) Conforme mencionado na nota explicativa 2.5, a partir de 1º de janeiro de 2018, esses valores passaram a ser reconhecidos como redução da receita ao invés de despesas operacionais, conforme alteração constante do Pronunciamento CPC 47/IFRS 15

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R$	
	2018	2017	2018	2017
Residencial	10.266.434	10.008.423	8.657.641	7.841.856
Industrial	2.588.370	2.610.534	1.613.072	1.500.091
Comércio, serviços e outros	5.190.325	5.252.799	3.969.715	3.766.125
Rural	3.614.059	3.647.812	1.793.128	1.628.883
Poder público	871.325	865.803	574.975	531.761
Iluminação pública	1.383.878	1.366.938	585.260	536.788
Serviço público	1.315.479	1.301.135	646.399	589.451
Subtotal	**25.229.870**	**25.053.444**	**17.840.190**	**16.394.955**
Consumo próprio	41.244	37.477	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	44.810	47.559
Total	**25.271.114**	**25.090.921**	**17.885.000**	**16.442.514**

(*) Valores em MWh informados não auditados pelos auditores independentes.

b) Receita de uso da rede – consumidores livres

Parcela representativa dos grandes consumidores industriais na área de concessão da Companhia que estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores

livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de "Receita de uso da rede".

c) Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no exercício corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário.

d) Receita de construção de infraestrutura de distribuição

A receita de construção é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no exercício em ativos da concessão.

Mais detalhes nas notas explicativas nºs 13, 14 e 23 das demonstrações financeiras.

e) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

Receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

f) Outras receitas operacionais

	2018	2017
Serviço taxado	13.915	10.526
Outras prestações de serviços	20.354	15.837
Subvenções (1)	1.117.210	1.024.986
Aluguel e arrendamento	97.015	122.096
Transações na CCEE	7.586	187.762
Ressarcimento de energia descontratada (2)	84.092	-
Outras	4.606	1.185
	1.344.778	**1.362.392**

(1) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás;
(2) Ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição. O valor será liquidado em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela SELIC.

g) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2018	2017
Impostos sobre a receita		
ICMS	4.821.866	4.951.109
PIS-PASEP	383.994	338.011
COFINS	1.768.648	1.556.897
ISSQN	927	515
	6.975.435	**6.846.532**
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética-PEE	64.309	55.646
Conta de desenvolvimento energético-CDE	2.450.044	1.749.551
Pesquisa e desenvolvimento-P&D	25.724	22.259
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico-FNDCT	25.724	22.259
Pesquisa expansão sistema energético-EPE	12.862	11.129
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	654.470	453.775
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	17.222	16.330
	3.250.355	**2.330.949**
	10.225.790	**9.177.481**

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Pessoal	965.345	1.123.026
Participação de empregados e administradores no resultado	50.506	2.657
Obrigações pós-emprego (reversão)	224.041	(179.589)
Materiais	57.526	43.267
Serviços de terceiros (a)	880.318	784.654
Energia elétrica comprada para revenda (b)	7.237.526	6.782.988
Amortização (nota 14b)	594.922	561.221
Provisões operacionais (c)	332.200	468.857
Encargos de uso da rede básica de transmissão	1.463.469	1.002.452
Custo de construção de infraestrutura de distribuição (d)	756.964	1.044.682
Outras despesas líquidas (e)	255.538	408.392
	12.818.355	**12.042.607**

Programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2018)

Em março de 2018, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2018), com período de adesão entre 02 a 30 de abril de 2018, sendo elegíveis os empregados que tivessem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na empresa até 31 de dezembro de 2018. O programa previa o pagamento das verbas rescisórias legais, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional.

Em 2018, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2018, incluindo as verbas rescisórias, foi de R$17.114, correspondente à adesão de 108 empregados.

Em 2017, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2017, incluindo as verbas rescisórias, foi de R$157.528, correspondente à adesão de 925 empregados.

Programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2019)

Em dezembro de 2018, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2019), com período de adesão de 07 a 31 de janeiro de 2019, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na empresa até 31 de dezembro de 2018. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional.

O valor estimado, provisionado em 2018, referente à despesa relativa ao PDVP 2019, incluindo as verbas rescisórias, é de R$50.584, correspondente à adesão de 365 empregados.

Reabertura do Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2019)

Em março de 2019, a Companhia aprovou a reabertura do programa de desligamento voluntário (PDVP 2019), com período de adesão de 01 a 10 de abril de 2019, com alteração dos requisitos para adesão, mantendo-se as mesmas condições financeiras.

a) Serviços de terceiros

	2018	2017
Leitura de medidores e entrega de contas	126.940	141.689
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	293.016	228.287
Comunicação	65.858	74.272
Conservação e limpeza de prédios	79.019	76.918
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	37.223	13.834
Corte e religação	61.653	34.813
Podas de árvores	27.895	21.150
Serviços advocatícios e custas processuais	18.169	19.057
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	3.004	2.736
Serviços de tecnologia da informação	42.976	45.558
Mão de obra contratada	12.620	10.092
Hospedagem e alimentação	8.571	9.296
Vigilância	9.847	9.621
Impressão de fatura de energia elétrica	1.779	2.551
Manutenção e conservação de veículos	1.755	1.588
Reprografia e publicações legais	17.681	19.763
Consultoria	3.429	6.769
Despesas com transporte - pessoa jurídica	6.815	15.455
Inspeção de unidades consumidores	9.562	5.271
Fretes e passagens	2.870	3.130
Outros	49.636	42.804
	880.318	**784.654**

b) Energia elétrica comprada para revenda

	2018	2017
Energia de Itaipu binacional	1.350.891	1.243.354
Contratos por cotas de garantia física	698.310	498.366
Cotas das usinas de Angra I e II	266.846	243.776
Energia de curto prazo - CCEE	1.496.314	1.281.579
Contratos bilaterais	292.661	291.611
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	3.397.462	3.590.710
PROINFA	324.545	302.796
Geração distribuída	92.673	11.546
Créditos de PASEP/COFINS	(682.176)	(680.750)
	7.237.526	**6.782.988**

c) Provisões (reversões) operacionais

	2018	2017
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	270.722	228.428
Perda estimada para outros créditos a receber (reversão) (1)	(5.386)	23.106
Provisão para redução a valor recuperável (1) (nota 13)	42.029	-
Provisão (reversão) para contingências (nota 20)		
Trabalhistas	23.860	175.274
Cíveis	8.993	29.721
Tributárias	(2.478)	2.534
Ambientais	1.207	2
Regulatórias	(6.320)	2.512
Outras	(427)	7.280
	24.835	217.323
	332.200	**468.857**

(1) Estes valores estão apresentados, na demonstração de resultado, como despesa operacional.

d) Custo de construção de infraestrutura de distribuição

	2018	2017
Pessoal	63.417	34.832
Materiais	313.239	534.917
Serviços de terceiros	339.823	396.897
Encargos financeiros	28.458	68.528
Aquisição de imóveis e instalações	1.736	2.409
Arrendamentos e aluguéis	-	1.054
Impostos e taxas	592	362
Outros	9.699	5.683
	756.964	**1.044.682**

e) Outras despesas operacionais líquidas

	2018	2017
Arrendamentos e aluguéis	71.530	67.925
Propaganda e publicidade	8.336	23.535
Consumo próprio de energia elétrica	26.511	24.106
Subvenções e doações	13.092	10.439
Anuidade CCEE	2.868	3.838
Seguros	1.825	2.473
Forluz – custeio administrativo	20.309	19.088
Prejuízo líquido na desativação e alienação de bens	21.234	123.942
Agentes arrecadadores	78.328	70.568
Multa por violação de padrão indicador de continuidade (1)	-	34.771
Impostos e taxas	6.305	4.160
Outras despesas	5.200	23.547
	255.538	**408.392**

(1) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5, a partir de 1º de janeiro de 2018 esses valores passaram a ser reconhecidos como redução da receita ao invés de despesas operacionais, conforme alteração constante do Pronunciamento CPC 47/IFRS 15.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2018	2017
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	19.046	63.242
Acréscimos moratórios de contas de energia	339.458	248.702
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 17)	-	173
Variações cambiais de Itaipu	-	18.521
Variações monetárias	6.531	32.104
Variação monetária depósitos judiciais	3.777	38.610
Variação monetária – CVA (nota 12b)	62.023	-
PASEP e COFINS sobre receitas financeiras	(28.177)	(26.178)
Outras	31.318	22.103
	433.976	**397.277**
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e financiamentos (nota 17)	(380.806)	(515.577)
Amortização do custo de transação (nota 17)	(12.606)	(38.172)
Encargos de variação monetária – FORLUZ	(49.342)	(47.373)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 17)	(2.584)	-
Variações cambiais de Itaipu	(29.038)	(16.241)
Variação monetária – empréstimos e financiamentos (nota 17)	(89.891)	(71.568)
Variação monetária – CVA (nota 12b)	-	(41.273)
Variação monetária de P&D e PEE	(17.851)	(23.982)
Outras variações monetárias	(1.835)	(1.551)
Outras	(36.921)	(59.288)
	(620.874)	**(815.025)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(186.898)**	**(417.748)**

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	244.960	54.926	-	-	163.152	136.273	-	-
Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (1)	2.050	1.220	-	-	-	-	-	-
ICMS – Antecipação (2)	-	-	-	-	10.902	-	-	-
Não Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	-	50.349	-	-	-	-	-	-
Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (1)	-	1.119	-	-	-	-	-	-
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (3)	-	-	20.268	21.738	-	-	(57.253)	(37.270)
Prestação de Serviço (4)	4.465	7.365	2.339	2.547	-	-	(18.172)	-
Operações com Energia Elétrica (5)	512	256	-	-	2.250	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	267.435	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (3)	-	-	-	-	-	-	(663)	(5.132)
Operações com Energia Elétrica (5)	1.191	3.464	24.061	24.020	25.477	41.670	(248.199)	(210.263)
Mútuo Partes Relacionadas (6)	-	-	-	-	-	-	(9.263)	-
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	7.172	7.105	33.912	30.102	(78.159)	(69.498)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	-	16.369	-	-	-	(160.564)
Ressarcimento de Energia Descontratada (7)	42.046	-	-	-	85.624	-	-	-
Não Circulante								
Ressarcimento de Energia Descontratada (7)	3.504	-	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	5.841	3.640	-	-	(202.301)	(122.434)
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	885	858	-	-	(7.635)	(7.285)
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	6.835	8.500	-	-	(91.238)	(87.029)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	1.317	2.157	-	-	(15.412)	(17.139)
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	256	-	-	731	3.299	-	-
Prestação de Serviço (4)	-	7.365	-	590	3.618	4.935	(1.788)	(10.021)
Axxiom								
Circulante								
Prestação de Serviço (8)	-	-	128	2.322	-	157	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	-	-	1.617	1.579	-	-
FIC Pampulha (a)								
Circulante								
Caixa e Equivalentes de caixa	132.518	72.653	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	421.460	301.717	-	-	1.347	700	-	-
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (nota explicativa nº 17)	(13.015)	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	56.003	8.293	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (9)	-	-	89.247	78.855	-	-	(119.671)	(109.606)
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida (10)	-	-	-	-	-	-	(52.637)	(56.970)
Custeio Administrativo (11)	-	-	-	-	-	-	(20.309)	(19.088)
Arrendamento Operacional (12)	-	-	1.375	2.909	-	-	(30.421)	(35.433)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (9)	-	-	1.266.798	1.220.114	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (13)	-	-	86.025	81.965	-	-	(134.087)	(142.199)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (13)	-	-	1.643.675	1.244.683	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

(1) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida – TARD junto a Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que encontravam-se em aberto no montante de R$113.032, a serem liquidados em 24 parcelas, atualizadas mensalmente conforme a variação do IGP-M com vencimento até novembro de 2019. A primeira parcela, no montante de R$5.418, foi quitada em dezembro de 2017, encontrando-se 9 parcelas vencidas em 31 de dezembro de 2018. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Valor da CIP referente ao TARD em 31/1/2018 é de R$2.050;

(2) Refere-se à receita financeira da antecipação de ICMS conforme Decreto nº 47.488 do Estado de Minas Gerais;

(3) Convênio de cooperação técnica entre Cemig, Cemig D e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;

(4) Referem-se à prestação de serviços celebrado entre a Cemig Telecomunicações (incorporada pela Cemig em 31/03/2018) e a Cemig D e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016.

(5) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);

(6) Refere-se à despesa financeira do contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a Cemig GT no montante de R$630.000, liquidado em novembro e dezembro de 2018, acrescido de juros no montante de R$9.263, correspondente a 125,52% do CDI. Como garantia, foi assinado pela Cemig D uma Nota Promissória no valor global de R$639.110, correspondente ao montante da dívida acrescido dos juros estimados para o período de 104 dias de vigência do contrato. O mútuo teve anuência da Aneel;

(7) Refere-se ao ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição, totalizando o montante de R$84.092 a ser liquidados em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela SELIC com vencimento até janeiro de 2020. O valor remanescente em 31/12/2018 é R$45.550;

(8) Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da ANEEL 2.657/2017;

(9) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 19);

(10) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;

(11) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;

(12) Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até outubro de 2020 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2035) e fevereiro de 2019 (contrato encontra-se em processo de renovação, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA tendo seus preços revisados a cada 60 meses;

(13) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 19).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo demonstrados na tabela abaixo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2018.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2018	2017
				Cemig D 24,47% (1)	Cemig D 19,90% (1)
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	-	5.092
ETAU (2)	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	2.463	2.005
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	-	992
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	-	934
LIGHT	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	1.754	3.983
				4.217	**13.006**

(1) Percentual de participação da Cemig D no FIC Pampulha.
(2) Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são demonstrados na tabela abaixo:

	2018	2017
Remuneração	14.357	11.020
Participação nos resultados	2.127	289
Benefícios assistenciais	1.523	934
Total	**18.007**	**12.243**

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2018		2017	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários – aplicações financeiras	2	61.096	61.096	14.335	14.335
Consumidores, revendedores e concessionários – transporte de energia	2	2.885.896	2.885.896	2.949.706	2.949.706
Consumidores - contas a receber do Estado de Minas Gerais	2	244.960	244.960	105.275	105.275
Fundos vinculados	2	155	155	86	86
Outras contas a receber do Estado de Minas Gerais (CIP)	2	2.050	2.050	2.339	2.339
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	1.080.693	1.080.693	369.010	369.010
Reembolso de subsídios tarifários	2	82.470	82.470	73.345	73.345
Subvenção baixa renda	2	30.232	30.232	26.660	26.660
Depósitos vinculados a litígios	2	1.707.668	1.707.668	1.650.412	1.650.412
Valores a receber de partes relacionadas – ressarcimento de energia descontratada	2	45.550	45.550	-	-
		6.140.770	**6.140.770**	**5.191.168**	**5.191.168**
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	2	358.548	358.548	419.022	419.022
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2			874	874
Letras financeiras do tesouro (LFTs)	1	147.372	147.372	206.246	206.246
Letras financeiras - bancos	2	252.367	252.367	80.833	80.833
Debêntures	2	4.133	4.133	8.303	8.303
		403.872	403.872	296.256	296.256
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	395.743	395.743	369.762	369.762
		1.158.163	**1.158.163**	**1.085.040**	**1.085.040**
		7.298.933	**7.298.933**	**6.276.208**	**6.276.208**
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(6.263.408)	(6.263.408)	(5.682.691)	(5.682.691)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(472.349)	(472.349)	(522.001)	(522.001)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ)	2	(273.462)	(273.462)	(205.244)	(205.244)
Passivos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	-	-	(414.800)	(414.800)
Plano de regularização de créditos tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais	2	-	-	(282.876)	(282.876)
Fornecedores	2	(1.199.055)	(1.199.055)	(1.655.382)	(1.655.382)
		(8.208.274)	**(8.208.274)**	**(8.762.994)**	**(8.762.994)**

(1) Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 12 das demonstrações financeiras.

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 144,11% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 6,00%, CDI + 1,75% a CDI + 3,26%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam

comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção *(hedge)* aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos, fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	2018		2017	
	Moeda estrangeira	R$	Moeda estrangeira	R$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	6.695	25.936	6.493	22.933
Fornecedores - Itaipu binacional (nota 15)	69.177	268.004	72.618	240.220
Passivo líquido exposto	**75.872**	**293.940**	**79.111**	**263.153**

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do dólar em relação ao Real no final de 2019 será uma desvalorização de 1,92% (R$3,80). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições cambiais	Cenário base 31/12/2018	Cenário dólar R$3,80	Cenário dólar R$4,75	Cenário dólar R$5,70
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	25.936	25.439	31.799	38.159
Fornecedores - Itaipu binacional (nota 15)	268.004	262.871	328.589	394.307
Passivo líquido exposto	**293.940**	**288.310**	**360.388**	**432.466**
Efeito líquido da variação cambial		**(5.630)**	**66.448**	**138.526**

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	2018	2017
Ativos		
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (nota 5)	358.548	419.022
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	464.968	310.591
CVA e outros componentes financeiros (nota 12)	1.080.693	369.010
Valores a receber de partes relacionadas – ressarcimento de energia descontratada (nota 25)	45.550	-
	1.949.759	1.098.623
Passivos		
Empréstimos e financiamentos - CDI (nota 17)	(3.673.054)	(3.178.548)
CVA e outros componentes financeiros (nota 12)	-	(414.800)
Plano de regularização de créditos tributários - PRCT (nota 16)	-	(282.876)
	(3.673.054)	(3.876.224)
Passivo líquido exposto	**(1.723.295)**	**(2.777.601)**

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2019, a taxa SELIC será de 6,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	31/12/2018	31 de dezembro de 2019		
	Valor contábil	Cenário SELIC 6,50%	Cenário SELIC 8,13%	Cenário SELIC 9,75%
Ativos				
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (nota 5)	358.548	381.854	387.698	393.506
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	464.968	495.191	502.770	510.302
CVA e outros componentes financeiros – SELIC (nota 12)	1.080.693	1.150.938	1.168.553	1.186.061
Valores a receber de partes relacionadas – ressarcimento de energia descontratada - SELIC (nota 25)	45.550	48.511	49.253	49.991
	1.949.759	**2.076.494**	**2.108.274**	**2.139.860**
Passivos				
Empréstimos e financiamentos – CDI (nota 17)	(3.673.054)	(3.911.803)	(3.971.673)	(4.031.177)
	(3.673.054)	**(3.911.803)**	**(3.971.673)**	**(4.031.177)**
Passivo líquido exposto	**(1.723.295)**	**(1.835.309)**	**(1.863.399)**	**(1.891.317)**
Efeito líquido da variação das taxas de juros		**(112.014)**	**(140.104)**	**(168.022)**

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 31 de dezembro de 2018, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	2018	2017
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura – IPCA (*)	395.743	110.832
Contas a receber do Estado de Minas Gerais – IGP-M	247.010	107.614
	642.753	218.446
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures – IPCA (nota 17)	(2.552.141)	(2.457.344)
Dívida pactuada c/fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 19)	(472.349)	(522.001)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 19)	(273.462)	(205.244)
	(3.297.952)	(3.184.589)
Passivo líquido exposto	**(2.655.199)**	**(2.966.143)**

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2019, o IPCA será de 4,0881% e o IGP-M de 4,35%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - elevação da inflação	31/12/2018	31 de dezembro de 2019		
	Valor contábil	Cenário IPCA 4,0881% IGPM 4,35%	Cenário IPCA 5,11% IGPM 5,44%	Cenário IPCA 6,14% IGPM 6,53%
Ativos				
Ativos financeiros da concessão relacionados à Infraestrutura – IPCA (*)	395.743	411.921	415.965	420.002
Contas a receber do Estado de Minas Gerais – IGP-M (nota 25)	247.010	257.755	260.447	263.140
	642.753	**669.676**	**676.412**	**683.142**
Passivos				
Empréstimos financiamentos e debêntures – IPCA (nota 17)	(2.552.141)	(2.656.475)	(2.682.555)	(2.708.587)
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ) - IPCA (nota 19)	(472.349)	(491.659)	(496.486)	(501.304)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 18)	(273.462)	(284.641)	(287.436)	(290.225)
	(3.297.952)	**(3.432.775)**	**(3.466.477)**	**(3.500.116)**
Passivo líquido exposto	**(2.655.199)**	**(2.763.099)**	**(2.790.065)**	**(2.816.974)**
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		**(107.900)**	**(134.866)**	**(161.775)**

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL.

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou capital circulante líquido positivo de R$708.678 e lucro líquido de R$534.870. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos, financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, totalizaram R$1.500.615 e R$4.762.793, respectivamente e a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional negativo de R$744.844.

A Companhia estima que os saldos de caixa, o fluxo de caixa das atividades operacionais e a captação de novos recursos e financiamentos sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	40.596	681.503	1.155.338	5.491.089	990.877	8.359.403
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ)	8.398	16.848	76.980	453.800	62.802	618.828
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ)	2.563	5.160	23.606	139.081	345.901	516.311
	51.557	**703.511**	**1.255.924**	**6.083.970**	**1.399.580**	**9.494.542**
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.061.948	135.893	1.214	-	-	1.199.055
	1.113.505	**839.404**	**1.257.138**	**6.083.970**	**1.399.580**	**10.693.597**

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de 31 de dezembro de 2018, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R$697.089.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma política de aplicação financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Companhia administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia. Esta política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R$400 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio líquido	Concentração	Limite por banco (% do PL) *
A1	Superior a R$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R$1 bilhão e R$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R$400 milhões e R$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a controladora da Companhia estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do grupo.
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma empresa.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva ("*covenant*") referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de "*cross default*".

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral e anual. Mais informações na nota explicativa nº 17.

c) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	2018	2017
Total do passivo	14.274.721	13.910.318
Caixa e equivalentes de caixa	(451.304)	(520.887)
Fundos vinculados	(155)	(86)
Passivo líquido	**13.823.262**	**13.389.345**
Total do patrimônio líquido	**4.642.358**	**3.737.310**
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	**2,98**	**3,58**

27. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2018 a 29/04/2019	US$ 3.285 US$ 14.000	US$ 35
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2018 a 02/11/2019	R$164.514	R$169
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2019 a 08/01/2020	R$436.994	R$94
Equipamentos de telecomunicações (2)	Incêndios	08/01/2018 a 08/01/2019	R$17.208	R$7
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R$1.000 mil (3)	Total	07/12/2018 a 07/12/2019	R$542.976	R$729

(1) Valores expressos em R$ Mil ou US$ Mil

(2) Nova contratação em processo administrativo

(3) O limite máximo de indenização (LMI) é de R$230.662 mil.

A Companhia não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios. A Companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

28. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a compra de energia elétrica e arrendamentos operacionais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Compra de energia elétrica de Itaipu	1.352.514	1.415.678	1.380.762	1.440.308	1.532.335	45.655.893	52.777.490
Transporte de energia elétrica de Itaipu	233.341	236.682	219.903	207.010	217.238	6.962.103	8.076.277
Compra de energia - leilão	2.752.584	3.129.558	3.525.176	3.807.762	4.293.058	85.443.754	102.951.892
Compra de energia elétrica – Contratos bilaterais	314.486	332.955	348.756	365.741	384.785	468.823	2.215.546
Cotas das usinas Angra 1 e Angra 2	266.557	284.752	291.133	305.241	320.625	12.431.621	13.899.929
Cotas de garantias físicas	857.819	895.955	933.799	978.886	1.028.103	39.889.838	44.584.400
Arrendamentos operacionais (1)	55.652	51.644	25.191	-	-	-	132.487
	5.832.953	**6.347.224**	**6.724.720**	**7.104.948**	**7.776.144**	**190.852.032**	**224.638.021**

(1) Refere-se ao total dos pagamentos mínimos futuro, não canceláveis, de aluguel de frota de veículos para atividades fins, com reajuste anual pelo IGP-M, sem termos de renovação; e aluguel de imóveis das sedes administrativas para atividades fins (mais detalhes na nota explicativa nº 25).

29. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E REVISÃO TARIFÁRIA DA COMPANHIA

Em 28 de maio de 2018, a ANEEL homologou o resultado da 4ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição. O resultado homologado representou um reajuste tarifário de 23,19%, devendo ser ressaltado que o percentual de reajuste correspondente aos custos gerenciáveis pela Companhia (Parcela B) foi de 4,30%. O percentual remanescente, de 18,89%, tem efeito econômico nulo para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos dentro da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 9,00% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia e encargos de transmissão, e (ii) 9,89% referente a outros itens financeiros componentes da tarifa.

Esse reajuste vigorará de 28 maio de 2018 até 27 de maio de 2019.

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia capitalizou encargos financeiros no montante de R$28.458 e R$68.528, respectivamente. Essas operações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

****

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Cledorvino Belini
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretor Comercial

Maurício Fernandes Leonardo Júnior
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor de Distribuição e Comercialização

Daniel Faria Costa
Diretor de Gestão de Participações

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretoria sem denominação específica, interina e cumulativamente

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor de Gestão Empresarial, interina e cumulativamente

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260

Building a better working world

Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Distribuição S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Building a better working world

Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" CVA e outros componentes financeiros

Conforme mencionado na nota explicativa 12 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado saldo ativo no montante de R$1.080.693 mil relativo à Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" CVA e outros componentes financeiros que referem-se aos valores originados da diferença entre os custos previstos e aprovados anualmente pela ANEEL e aqueles que são efetivamente incorridos pela distribuidora ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber nos casos em que os custos efetivamente incorridos são superiores aos previstos, ou uma obrigação, quando os custos incorridos são inferiores aos custos previstos.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de apuração dos valores, que envolve considerações quanto à elegibilidade de determinados itens (apropriações), amortização dos saldos homologados pelo recebimento/devolução de valores em bases estimadas, em distintos períodos tarifários, por meio de tarifas e um elevado volume de inputs manuais.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia para garantir o registro adequado do saldo da Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" CVA e outros componentes financeiros; (ii) conciliação entre os valores homologados e a homologar registrados contabilmente com as resoluções de reajuste tarifário emitidas anualmente pela ANEEL; (iii) inspeção, por amostragem, de documentos que compõe os custos incorridos com os valores de cobertura; e (vi) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Building a better working world

Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Infraestrutura da concessão

Conforme divulgado nas notas explicativas 12, 13 e 14 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado ativo financeiro, ativo de contrato e intangível da concessão nos montantes de R$395.743 mil, R$518.162 mil e R$8.890.070 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da Administração. Durante o ano de 2018, a Companhia reconheceu em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão no montante de R$726.713 mil. Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura da concessão também impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro da concessão, que representa a parcela dos investimentos efetuados pela Companhia que não será completamente amortizada ao final do prazo de concessão, e será indenizada pelo poder concedente.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes, e a comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria.

Como parte de nossos procedimentos recalculamos também o valor do ativo financeiro registrado pela Companhia e confrontamos os inputs relacionados ao cálculo com informações externas de mercado e critérios estabelecidos pelo poder concedente, além de avaliar as variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias e avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 12, 13 e 14, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Building a better working world

Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Building a better working world

Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir

Building a better working world

Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 29 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2018 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 28-03-2019. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2018, como também com base no Parecer, sem ressalva, da Ernest & Youg Auditores Auditores Independentes-EY, emitido em 29-03-2019, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019.

Belo Horizonte, 29 de março de 2019.

aa.) José Afonso Bicalho Beltrão da Silva
Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino
Cláudio Morais Machado
Marco Antônio de Rezende Teixeira
Rodrigo de Mesquita Pereira

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES

CEMIG Distribuição S.A.

DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 841ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Distribuição S.A. - Cemig D, realizada em 26-03-2019, aprovamos a conclusão, em 26-03-2019, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2018; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2018 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 26 de março de 2019.

aa.) Cledorvino Belini - Diretor-Presidente
Daniel Faria Costa - Diretor de Gestão de Participações
Dimas Costa - Diretor Comercial
Maurício Fernandes Leonardo Júnior - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Ronaldo Gomes de Abreu - Diretor de Distribuição e Comercialização; e, interina e cumulativamente, como Diretor de Gestão Empresarial e Diretor sem denominação específica

DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CEMIG Distribuição S.A.

DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 841ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Distribuição S.A. - Cemig D, realizada em 26-03-2019, aprovamos a conclusão, em 26-03-2019, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2018; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2018 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 26 de março de 2019.

aa.) Cledorvino Belini - Diretor-Presidente
Daniel Faria Costa - Diretor de Gestão de Participações
Dimas Costa - Diretor Comercial
Maurício Fernandes Leonardo Júnior - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Ronaldo Gomes de Abreu - Diretor de Distribuição e Comercialização; e, interina e cumulativamente, como Diretor de Gestão Empresarial e Diretor sem denominação específica

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de *Compliance* da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do "background check" de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto por José Pais Rangel, Conselheiro de Administração e Coordenador do Comitê, e pelos membros Gilberto José Cardoso e Pedro Carlos de Mello. Foi eleito pelo Conselho de Administração, em Reunião Extraordinária realizada no dia 11-06-2018, em decorrência da reforma estatutária.

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O SEGUNDO SEMESTRE DE 2018

No segundo semestre de 2018, o Comitê reuniu-se em 18 (dezoito) ocasiões e mais 12 (doze) vezes no início do primeiro semestre de 2019, além de 3 (três) participações nas reuniões do Conselho de Administração. Foram realizadas 4 (quatro) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal no segundo semestre de 2018 e uma já no primeiro semestre de 2019. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 6 (seis) reuniões com a participação dos auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes, para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 30-06-2018 e de 31-12-2018. O Comitê reuniu-se com Diretores Executivos da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos a contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e também pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O Comitê manteve contato regulares com o Conselho de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Superintendência de Gestão de Compliance e Riscos Corporativos-GC foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da administração da

Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com os Gerentes da Auditoria Interna-AI visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essas unidades. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2018 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2018, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial da instituição.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2018.

Belo Horizonte, 28 de março de 2019.

COMITÊ DE AUDITORIA

JOSÉ PAIS RANGEL - Coordenador

PEDRO CARLOS DE MELLO - Membro

GILBERTO JOSÉ CARDOSO - Membro